

# Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde: notas em torno do Despacho n.º 14 223/2009, de 24 de Junho de 2009 da Ministra da Saúde

PAULA LOBATO DE FARIA  
PEDRO SÁ MOREIRA

## Introdução — 10 anos depois «To Err is Human»

Os resultados ameaçadores de diversos estudos norte-americanos, sobretudo do relatório «*To err is human*» (2000), do *Institute of Medicine*, apontaram para a existência de 44 mil — 90 mil mortes/ano, devido a eventos adversos (erros) evitáveis em unidades prestadoras de cuidados de saúde nos EUA, identificando-os como a 8.ª causa de morte e como um dos problemas actuais mais graves de saúde pública (Kohn, Corrigan e Donaldson, 2000).

A partir deste marco histórico para o Movimento da Segurança do Doente (WHO, 2004) a gestão da qualidade (*quality management*) aliada à gestão do risco clínico (*clinical risk management*) passaram a ter nos EUA como objectivo essencial, a segurança do doente (*patient*

*safety*) e a prevenção do chamado «erro médico», o qual é, também, gerador de acções em tribunal contra as instituições e os profissionais de saúde, podendo culminar na condenação ao pagamento de avultadas quantias por parte daqueles em indemnizações aos lesados.

Se 5 anos após o relatório «*To err is human*» as perspectivas nos EUA pareciam ser optimistas quanto à disseminação de uma cultura de qualidade e prevenção de erros no meio clínico (Watcher, 2004), 10 anos depois é dada uma nota negativa aos progressos obtidos em segurança do doente no mesmo país (Consumers Union, 2009) e considera-se que o sector da saúde deveria realizar parcerias nomeadamente com sectores como o da aviação onde se tem evoluído mais eficazmente em termos de segurança (Pronovost *et al.*, 2009).

De facto, tratar a questão da gestão do risco clínico/medicamentoso ou a gestão da qualidade em unidades de saúde é falar de direitos fundamentais da pessoa humana enquanto doente ou utente de unidades de saúde, isto é, dos direitos mais importantes: o direito à vida e o direito à integridade física e mental. Sabemos, porém, que este direito não está ainda acautelado nas unidades de saúde em Portugal e que a prevenção do erro e a implementação de medidas eficazes de promoção da qualidade se encontram em fase embrionária no panorama dos serviços de saúde do nosso país.

Daí que nesta rubrica de Direito da Saúde da Revista Portuguesa de Saúde Pública tenhamos escolhido destacar o Despacho n.º 14 223/2009 da Ministra da Saúde, publicado a 24 de Junho, no Diário da República (DR) n.º 120, Série II, o qual procede à aprovação e descrição da Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde.

## Do Plano Nacional de Saúde para a Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde

Para garantir os direitos dos cidadãos na sua relação com o sistema de saúde, o Ministério da Saúde tem como uma das suas missões potenciar a sua coesão e a qualidade da prestação de cuidados de saúde (cfr. Preâmbulo do Despacho citado). Nesse sentido e de encontro ao Plano Nacional de Saúde, alinhado para o período 2004-2010, aponta como orientação estratégica a melhoria da qualidade organizacional dos serviços de saúde.

Como ponto de partida, que serviu de fundamento a esta estratégia, o Plano Nacional de Saúde identificou alguns elementos, que necessitam de melhoria como factores principais e contributos para a Qualidade na Saúde: escassa cultura da qualidade; défice organizacional dos serviços de saúde; falta de indicadores de desempenho e de apoio à decisão; insuficiente apoio estruturado às áreas de diagnóstico e deci-

□

Paula Lobato de Faria é Professora Associada de Direito da Saúde e Biodireito da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.

Pedro Sá Moreira é Mestre pela Universidade de Alicante em Qualidade em Saúde, Doutorando da Universidade de Alicante e da ENSP-UNL (Doutoramento Europeu).

são estratégica (Portugal. Ministério da Saúde. DGS, 2004. 172-173). Também no mesmo documento encontramos as orientações estratégicas e intervenções necessárias para ultrapassar esta situação, as quais seriam (em colaboração com a Ordem dos Médicos): aumentar a investigação e reflexão nesta área; incentivar ao relato sistemático de erros e o desenvolvimento de um sistema de segurança dentro das organizações de saúde (*ibid.*, 174).

De forma a planear e programar a política nacional para a qualidade do sistema de saúde foi criado o Departamento da Qualidade na Saúde em 16 de Fevereiro de 2009 (Portaria n.º 155/2009, de 10 de Fevereiro), integrado na Direcção-Geral da Saúde (DGS). Aprovado pela Ministra da Saúde através do Despacho n.º 13793/2009 publicado em DR n.º 114 de 16 de Junho e sucedendo ao Instituto da Qualidade em Saúde e à Agência da Qualidade na Saúde, o Departamento da Qualidade na Saúde tem o papel de coordenador da Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde, apoiado pelo Conselho para a Qualidade na Saúde, órgão consultivo igualmente criado por aquele Despacho.

#### A Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde (ENQS)

O já citado Despacho n.º 14223/2009 da Ministra da Saúde (de ora em diante citado abreviadamente como «Despacho») aprova a Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde (ENQS) e incumbe o Departamento da Qualidade na Saúde de criar um programa nacional de acreditação em saúde, em relação ao qual a adesão das instituições prestadoras de cuidados será voluntária (cfr. n.º 3 do Preâmbulo do Despacho). Este programa deverá basear-se num modelo de acreditação sustentável e adaptável às características do sistema de saúde português, tendo por objectivo garantir a qualidade das instituições e consolidar a cultura da qualidade integral (*ibid.*, n.º 2). Fica a cargo da DGS promover as formas de reconhecimento público da qualidade e das melhorias alcançadas pelas unidades prestadoras de cuidados de saúde voluntariamente acreditadas (*ibid.*, n.º 4).

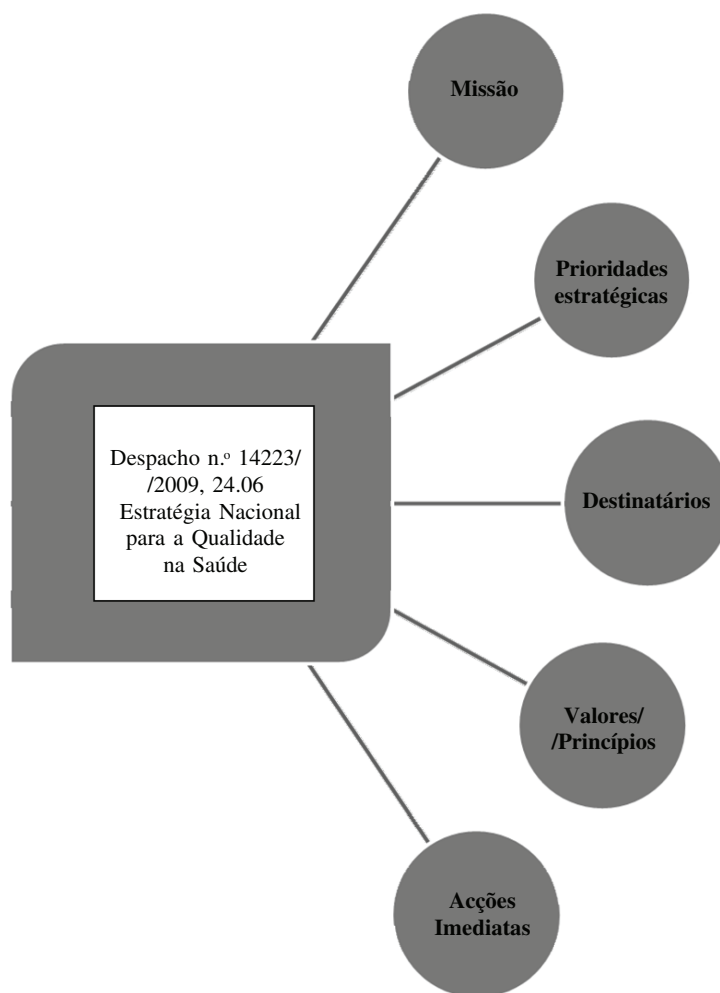
O corpo do Despacho insere (para além do enquadramento legal) 6 eixos essenciais (ver *Figura* anexa): Missão; Prioridades estratégicas; Destinatários; Valores/Princípios; Acções Imediatas.

Estes eixos baseiam-se num contexto fundamental em que se considera que a cobertura territorial e a universalidade da prestação de cuidados de saúde estão consolidadas, permitindo que os desafios da qualidade e da segurança surjam agora como uma das principais prioridades do sistema de saúde português (v. Corpo do Despacho, I). A Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde deverá ser implementada e consolidada num prazo de cinco anos.

#### Missão

No que respeita à missão da ENQS, o Despacho (*ibid.*, II) considera que a evolução recente da prática clínica em Portugal, influenciada pelo modelo anglo-saxónico, conduziu a uma maior autonomia do utente face ao «poder» do profissional de saúde, sendo o cidadão protagonista dos serviços de saúde que integra como cliente, utilizador e como proprietário des-

**Figura**  
Eixos fundamentais do Despacho n.º 14223/2009, de 24.06



Fonte: Portugal. Ministério da Saúde. MCSP, 2009. 16 (adapt.)

ses serviços. Assim sendo, o utente tem o direito reconhecido de:

- Participar nas decisões que lhe dizem respeito;
- Ser informado sobre os riscos e benefícios potenciais de cada procedimento;
- Aceitar ou recusar esses riscos e benefícios depois de convenientemente informado.

Menciona-se a OMS enquanto esta organização aconselha cada país a possuir uma estratégia nacional para a qualidade e segurança em saúde, que essa estratégia tenha em atenção a necessidade de tomada de medidas sustentáveis a longo prazo e que seja implementada, de forma sistemática, de acordo com as realidades regionais e locais (*ibid.*).

Citam-se ainda no Despacho os códigos deontológicos, na medida em que estes defendem a qualidade dos cuidados prestados e impõem aos profissionais de saúde uma permanente actualização da cultura científica e da preparação técnica, com vista a prestarem os melhores cuidados de saúde ao seu alcance, considerando que os cuidados de saúde são hoje prestados num contexto diversificado de interesses em conflito, perante uma mudança tecnológica permanente e sob um escrutínio público sem precedentes (*ibid.*). Considera-se que o nível de exigência dos utentes é cada vez maior, assim como a sua expectativa face a bons resultados terapêuticos (*ibid.*).

#### Prioridades estratégicas de actuação

O trabalho do Departamento da Qualidade na Saúde (DQS) reveste-se assim da maior importância para a implementação de uma verdadeira cultura de qualidade e segurança no sector da saúde, adoptando as seguintes prioridades estratégicas de actuação (*ibid.* III):

- 1) Qualidade clínica e organizacional;
- 2) Informação transparente ao cidadão;
- 3) Segurança do doente;
- 4) Qualificação e acreditação nacional de unidades de saúde;
- 5) Gestão integrada da doença e inovação;
- 6) Gestão da mobilidade internacional de doentes;
- 7) Avaliação e orientação das reclama-

ções e sugestões dos cidadãos utilizadores do Serviço Nacional da Saúde.

Para a implementação destas prioridades estratégicas, o DQS é apoiado cientificamente por um conselho consultivo (*ibid.*). Caberá assim ao DQS promover no nosso país uma nova dinâmica no conceito de cliente em saúde, uma melhor orientação e visão estratégia do cuidador, a definição de um modelo de acreditação único a nível nacional e a sua implementação voluntária pelas organizações, assim como a reflexão sobre a análise crítica dos resultados, baseados nos objectivos, comportamentos, procedimentos e metodologias clínicas utilizadas. A evolução progressiva que acompanha esta estratégia reveste-se de um vasto conjunto de transformações, aliado a uma intrínseca inovação e empreendedorismo em saúde.

#### Advertência final

Portugal carece de sistemas de prevenção de erros nas unidades de saúde e para os construir beneficiará largamente se beber informação e *know-how* de países e organizações onde esta área está mais estudada e testada, tal como nos EUA, pelo que propomos às nossas entidades responsáveis estudar bem o que tem ou não funcionado noutros países com sistemas de gestão do risco em unidades de saúde mais enraizados na tomada de decisões estratégicas nesta área. De qualquer modo e apesar deste alerta, é de louvar a iniciativa de documentos como a Estratégia Nacional que aqui comentámos, pois o facto do Despacho ora analisado dar à DQS da Direcção-Geral da Saúde uma responsabilidade inequívoca na promoção de uma estratégia pública de qualidade, acreditação e melhoria da segurança nas unidades prestadoras de cuidados de saúde, é um factor optimista na realização do desígnio de dar aos cidadãos e aos profissionais de saúde maior confiança no acesso aos cuidados. Acresce dizer, como nota final, que a Estratégia Nacional para a Qualidade em Saúde só será concretizável se à mesma for dada verdadeira prioridade, quer em recursos humanos quer financeiros, por parte do Estado. Infelizmente, não é excepção em Portugal, delinarem-se no Diário da República estratégias conceptualmente perfeitas que depois vêm a ficar sem efeito devido a asfixia por carência de meios no terreno. A Saúde Pública tem

padecido bastante deste sintoma, o que prejudica todos os cidadãos portugueses, pelo que esperamos que desta vez se possam prevenir milhares de mortes evitáveis nas unidades de saúde nacionais, bastando para tal apoiar com recursos e cumprir com rigor a estratégia ora apresentada.

#### □ Bibliografia

CONSUMERS UNION — To err is human : to delay is deadly : ten years later, a million lives lost, billions of dollars wasted : Safe Patient Project. Austin, Texas : Consumers Union : 2009. (Consumer Reports Health).

DESPACHO n.º 14223/2009. D.R. II.ª Série. 120 (2009-06-24) 24667-24669 — Procedê à aprovação da Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde.

DONABEDIAN, A. — The quality of care : how can it be assessed? *JAMA*. 260 : 12 (1988) 1743-1748.

FRAGATA, J.; MARTINS, L. — O erro em medicina. Coimbra : Edições Almedina, 2004.

JHA, A., ed. lit. — World Alliance for Patient Safety : summary of the evidence on patient safety : implications for research. [Em linha]. Geneva : The Research Priority Setting Working Group of the World Alliance for Patient Safety. World Health Organization, 2008. [Consult. 12 Novembro 2009] Disponível em [http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241596541\\_eng.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241596541_eng.pdf).

KOHN, L. T.; CORRIGAN, J. M.; DONALDSON, M. S., ed. lit. — To err is human : building a safer health system. Washington, D.C. : Committee on Quality of Health Care in America. Institute of Medicine. National Academy Press, 2000.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. MCSP — Estratégia nacional para a qualidade na saúde. *Revista da Missão dos Cuidados de Saúde Primários*. (Junho 2009) 16-17.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. DGS — Plano Nacional de Saúde 2004-2010. Lisboa : Direcção Geral da Saúde. 2004.

PRONOVOST, P. J. *et al.* — Reducing health care hazards : lessons from the commercial aviation safety team. *Health Affairs*. 28 : 3 (2009) w479-w489.

SAKELLARIDES, C. — A Lisbon agenda on health innovation. *European Journal of Public Health*. 18 : 2 (2008) 102–103.

SAKELLARIDES, C.; PEDRO, A. R.; MENDES, M. S. — Knowledge-centered health innovation : the case for citizen health information systems. In KICKBUSH, I., ed. lit- — Policy innovation for health. New York : Springer, 2009.

USA. JCI — Research priority setting. In USA. JCI — Joint Commission International Accreditation Standards for Hospitals. 3<sup>rd</sup> edition. Oak Brook, Illinois : Joint Commission International, 2008. ISBN 978-0-86688-884-4.

WACHTER, R. M. — The end of the beginning : patient safety five years after to

err is human. *Health Affairs*. (2004) w4 — 534-545. DOI 10.1377/hlthaff.W4.534.

WHO — World Alliance for Patient Safety : forward program 2005. [Em linha]. Geneva : World Health Organization, 2004. [Consult. 12 Novembro 2009] Disponível em [http://www.who.int/patientsafety/en/brochure\\_final.pdf](http://www.who.int/patientsafety/en/brochure_final.pdf).

# Legislação

## 1. Acidentes de trabalho

LEI n.º 98/2009, DR Série I. 172 (2009-09-04).

Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

V. *Militares*.

## 2. Acordos internacionais

DECRETO-LEI n.º 161/2009, DR Série I. 135 (2009-07-15).

Regime Jurídico da Celebração de Protocolos de Cooperação Transfronteiriça.

V. *Deficientes, Ensino Superior, Resíduos, Poluição, Propriedade intelectual, Segurança social*.

## 3. Acreditação em saúde

DESPACHO n.º 18226/2009, Direcção-Geral da Saúde, DR Série II. 151 (2009-08-06).

Designação da coordenadora do Programa Nacional de Acreditação em Saúde.

## 4. Administração Pública

DECRETO-LEI n.º 88/2009, DR Série I. 70 (2009-04-09).

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116-A/2006, de 16 de Junho, que cria o Sistema de Certificação Electrónica do Estado.

PORTARIA n.º 419-A/2009, DR Série I, Suplemento. 75 (2009-04-17).

Regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades.

PORTARIA n.º 420/2009, DR Série I. 76 (2009-04-20).

Procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

DESPACHO (extracto) n.º 11321/2009, Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, DR Série II. 89 (2009-05-08).

Despacho que aprova os modelos de formulário tipo a que se refere o n.º 1 do artigo 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 40/2009, DR Série I. 104 (2009-05-29).

Criação e desenvolvimento de uma «Fábrica de Ideias» na Administração Pública.

PORTARIA n.º 609/2009, DR Série I. 109 (2009-06-05).

Aprova o modelo de registo de trabalho extraordinário e os elementos que deve conter.

DESPACHO n.º 16372/2009, Secretário de Estado da Administração Pública, DR Série II. 138 (2009-07-20).

Acumulação de férias.

DECRETO-LEI n.º 160/2009, DR Série I. 133 (2009-07-13).

Aprova o regime jurídico de organização e o funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística e revoga o Decreto-Lei n.º 367/99, de 18 de Setembro. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009, de 2009-09-11.

DECRETO-LEI n.º 170/2009, DR, Série I. 148 (2009-08-03).

Estabelece o regime da carreira especial de inspecção, procedendo à transição dos

trabalhadores integrados nos corpos e carreiras de regime especial das inspecções-gerais.

PORTARIA n.º 1011/2009, DR Série I. 175 (2009-09-09).

Aprova o Código de Contas.

ACORDO COLECTIVO DE TRABALHO n.º 1/2009, Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, DR Série II. 188 (2009-09-28).

Acordo colectivo de carreiras gerais.

DECRETO-LEI n.º 269/2009, DR Série I. 190 (2009-09-30).

Estabelece a possibilidade de prorrogação excepcional do prazo legal de mobilidade de trabalhadores em funções públicas e, no contexto do regime de avaliação do desempenho, admite nomeadamente o recurso à ponderação curricular nos casos em que não tenha ocorrido no ano de 2008.

V. *ADSE, Aposentação, Contratos públicos, Instituto Nacional de Administração, Parentalidade*.

## 5. Administrações Regionais de Saúde

PORTARIA n.º 427/2009, DR Série I. 79 (2009-04-23).

Determina que as Administrações Regionais de Saúde (ARS) podem autorizar as empresas interessadas a criar postos para a prestação de serviços médicos privativos ao nível dos cuidados primários de saúde aos seus trabalhadores.

DESPACHO (extracto) n.º 10580/2009, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., DR Série II. 79 (2009-04-23).

Conferidos poderes necessários à gestão corrente dos serviços objecto de extinção a nível das sub-regiões e à coordenação da execução dos actos necessários à finalização dos actos de extinção das Sub-Regiões de Saúde de Setúbal e de Santarém.

DESPACHO n.º 11652/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 93 (2009-05-14).  
Delegação de poderes nos conselhos directivos das Administrações Regionais de Saúde do Norte, I.P., do Centro, I.P., de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., do Alentejo, I.P., e do Algarve, I.P.

DELIBERAÇÃO n.º 1724/2009, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., DR Série II. 118 (2009-06-22).  
Delegação de competências do Conselho Directivo da ARSLVT, I.P., nos Directores Executivos dos ACES, da Área de influência da ARSLVT, I.P.

DELIBERAÇÃO n.º 1725/2009, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., DR Série II. 118 (2009-06-22).  
Delegação de competências do Conselho Directivo da ARSLVT, I.P., no Director do Centro de Histompatibilidade do Sul.

*V. Autoridade de saúde, Saúde pública, Centros de saúde, Cuidados continuados integrado.*

## 6. Adopção

PORTARIA n.º 1111/2009, DR Série I. 188 (2009-09-28).  
Autoriza a Associação Emergência Social a exercer actividade mediadora em matéria de adopção internacional.

## 7. ADSE

AVISO n.º 8825/2009, (ADSE), DR Série II. 83 (2009-04-29).  
Divulga a adesão de diversos prestadores às convenções existentes em diferentes modalidades de cuidados de saúde.

AVISO n.º 8826/2009, (ADSE), DR Série II. 83 (2009-04-29).  
Divulga as alterações a acordos celebrados com diversos prestadores convencionados.

AVISO n.º 13851/2009, (ADSE), DR Série II. 150 (2009-08-05).  
Alterações aos acordos com prestadores de cuidados de saúde.

AVISO n.º 13966/2009, (ADSE), DR Série II. 152 (2009-08-07).

Torna-se pública a adesão a convenções de prestadores de cuidados de saúde.

*V. Regiões autónomas.*

## 8. Advogados

DECRETO-LEI n.º 131/2009, DR Série I. 105 (2009-06-01).  
Consagra o direito dos advogados ao adiamento de actos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade e luto e regula o respectivo exercício.

REGULAMENTO n.º 358/2009, Ordem dos Advogados, DR Série II. 157 (2009-08-14).  
Regulamento da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados.

DELIBERAÇÃO n.º 2597/2009, Ordem dos Advogados, DR Série II. 177 (2009-09-11).  
Deliberação do Conselho Geral da Ordem dos Advogados aprovada em sessão plenária de 20 de Julho de 2009, que procede à alteração e republicação da Tabela de Emolumentos e Preços devidos pela emissão de documentos e prática de actos no âmbito dos serviços da Ordem dos Advogados.

## 9. Água

PORTARIA n.º 579/2009, DR Série I. 106 (2009-06-02).  
Considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e praias de águas fluviais e lacustres as designadas como zonas de interiores.

DECRETO-LEI n.º 135/2009, DR Série I. 107 (2009-06-03).  
Estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares.

PORTARIA n.º 702/2009, DR Série I. 128 (2009-07-06).  
Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de protecção das captações

destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, bem como os respectivos condicionamentos.

PORTARIA n.º 703/2009, DR Série I. 128 (2009-07-06).  
Aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Registo das Associações de Utilizadores do Domínio Público Hídrico.

DECRETO-LEI n.º 194/2009, DR Série I. 161 (2009-08-20).  
Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

DECRETO-LEI n.º 195/2009, DR Série I. 161 (2009-08-20).  
Altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

PORTARIA n.º 1114/2009, DR Série I. 189 (2009-09-29).  
Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de protecção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano.

## 10. Alimentos

LEI n.º 75/2009, DR Série I. 155 (2009-08-12).  
Estabelece normas com vista à redução do teor de sal no pão bem como informação na rotulagem de alimentos embalados destinados ao consumo humano.

*V. Animais, Crianças.*

## 11. Aposentação

DECRETO-LEI n.º 238/2009, DR Série I. 180 (2009-09-16).  
Estabelece ajustamentos procedimentais relativos à entrega de requerimentos para aposentação e determina a revisão oficiosa com efeitos retroactivos reportados a 1 de Janeiro de 2008, para actualização do factor tempo de serviço, de pensões de aposentação voluntária não dependente de incapacidade atribuídas de acordo com a Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, procedendo à 32.ª alteração ao Estatuto da Aposentação.



## 12. Ambiente

DECRETO-LEI n.º 116/2009, DR Série I. 95 (2009-05-18).

Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2008/75/CE, de 24 de Julho, 2008/77/CE e 2008/78/CE, de 25 de Julho, 2008/79/CE e 2008/80/CE, de 28 de Julho, 2008/81/CE, de 29 de Julho, 2008/85/CE e 2008/86/CE, de 5 de Setembro, da Comissão, que alteram a Directiva n.º 98/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Fevereiro, com o objectivo de incluir certas substâncias activas biocidas dióxido de carbono, tiametoxame, propiconazol, IPBC, K-HDO, difenacume, tiabendazol e tebuconazol no anexo I da directiva. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 51/2009, de 16 de Julho.

DECRETO-LEI n.º 137/2009, DR Série I. 110 (2009-06-08).

Prorroga, por um ano, o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos previsto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

PORTARIA n.º 631/2009, DR Série I. 111 (2009-06-09).

Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das actividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos.

DESPACHO n.º 14872/2009, Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, DR Série II 126 (2009-07-02).

Normas para a utilização dos recursos hídricos públicos e particulares.

DECRETO-LEI n.º 154/2009, DR Série I. 128 (2009-07-06).

Procede à quarta alteração ao regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Outubro.

DESPACHO n.º 16 140/2009, Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, DR Série II 135 (2009-07-15).

Implementação de medidas energéticas e alteração de comportamentos de consumo,

dando cumprimento às obrigações inerentes ao Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios.

DECRETO-LEI n.º 171/2009, DR Série I. 148 (2009-08-03).

Cria o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

DECRETO-LEI n.º 172/2009, DR Série I. 148 (2009-08-03).

Cria o Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos.

LEI n.º 89/2009, DR Série I. 168 (2009-08-31).

Procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais.

V. *Água, Poluição, Resíduos*.

## 13. Amianto

V. *Regiões autónomas*.

## 14. Animais

PORTARIA n.º 634/2009, DR Série I. 111 (2009-06-09).

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de equídeos.

PORTARIA n.º 635/2009, DR Série I. 111 (2009-06-09).

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais da família *Leporidae* (coelhos e lebres).

PORTARIA n.º 636/2009, DR Série I. 111 (2009-06-09).

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais da espécie suína.

PORTARIA n.º 637/2009, DR Série I. 111 (2009-06-09).

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais de espécies avícolas.

PORTARIA n.º 638/2009, DR Série I. 111 (2009-06-09).

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais das espécies bovina, ovina e caprina.

DECRETO-LEI n.º 146/2009, DR Série I. 120 (2009-06-24).

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 185/2005, de 4 de Novembro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/97/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, que altera a Directiva n.º 96/22/CE, do Conselho, de 29 de Abril, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta agonistas em produção animal.

DECRETO-LEI n.º 152/2009, DR Série I. 126 (2009-07-02).

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/88/CE, do Conselho, de 24 de Outubro, relativa aos requisitos zoossanitários aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, bem como à prevenção e combate a certas doenças dos animais aquáticos, alterada pela Directiva n.º 2008/53/CE, do Conselho, de 30 de Abril, e revoga os Decretos-Leis n.ºs 191/97, de 29 de Julho, 149/97, de 12 de Junho, 548/99, de 14 de Dezembro, e 175/2001, de 1 de Junho.

LEI n.º 82/2009, DR Série I. 162 (2009-08-21).

Autoriza o Governo a criminalizar os comportamentos correspondentes à promoção ou participação com animais em lutas entre estes, bem como a ofensa à integridade física causada por animal perigoso ou potencialmente perigoso, por dolo ou negligência do seu detentor.

PORTARIA n.º 968/2009, DR Série I. 165 (2009-08-26).

Estabelece as regras a que obedecem as deslocações de diversos animais de companhia em transportes públicos.

DECRETO-LEI n.º 236/2009, DR Série I. 179 (2009-09-15).

Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2008/76/CE, de 25 de Julho, e 2009/8/CE, de 10 de Fevereiro, ambas da Comissão, que alteram a Directiva n.º 2002/32/CE, do Parlamento Euro-

peu e do Conselho, de 7 de Maio, relativa às substâncias indesejáveis nos alimentos para animais, alterando o Decreto-Lei n.º 193/2007, de 14 de Maio.

DECRETO-LEI n.º 237/2009, DR Série I. 179 (2009-09-15).

Aprova as normas a que devem obedecer o fabrico, a autorização de venda, a importação, a exportação, a comercialização e a publicidade de produtos de uso veterinário e revoga o Decreto-Lei n.º 232/99, de 24 de Junho.

DECRETO-LEI n.º 255/2009, DR Série I. 186 (2009-09-24).

Estabelece as normas de execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 1739/2005, da Comissão, de 21 de Outubro, relativo ao estabelecimento das condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação de animais de circo e outros números com animais entre Estados membros, e aprova as normas de identificação, registo, circulação e protecção dos animais utilizados em circos, exposições itinerantes, números com animais e manifestações similares em território nacional.

#### 15. Atestados médicos

DECRETO-LEI n.º 242/2009, DR Série I. 180 (2009-09-16).

Dispensa a obrigatoriedade de atestado médico para efeitos de comprovação da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais, públicas ou privadas, e revoga o Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto.

#### 16. Autoridade de saúde

DECRETO-LEI n.º 82/2009, DR Série I. 65 (2009-04-02).

Estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde.

DESPACHO (extracto) n.º 18630/2009, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., DR Série II. 155 (2009-08-12).

Nomeação do delegado regional de saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

V. *Gripe*.

#### 17. Bases de dados

V. *Segurança rodoviária*.

#### 18. Benefícios Fiscais

DECRETO-LEI n.º 250/2009, DR Série I. 185 (2009-09-23).

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 106.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, procede à regulamentação dos benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, susceptíveis de concessão ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e desenvolve o disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Código Fiscal do Investimento.

#### 19. Bolsas de estudo

DESPACHO n.º 13531/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 111 (2009-06-09).

Aprova o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo por Mérito a Estudantes de Instituições de Ensino Superior.

DESPACHO n.º 16070/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 134 (2009-07-14).

Aumento, para o ano lectivo de 2009-2010, do valor das bolsas de estudo atribuídas aos estudantes do ensino superior público e privado. Confirmação aos estudantes do ensino superior a quem seja atribuída bolsa de estudo a conservação do direito à mesma durante a realização de períodos de estudos em mobilidade no âmbito do Programa Erasmus.

DESPACHO n.º 17706/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 147(2009-07-31).

Determina a atribuição de bolsa suplementar de montante não inferior a 50% do valor da bolsa mínima Erasmus aos estudantes do ensino superior a quem tenha sido atribuída bolsa Erasmus e que sejam bolseiros da acção social.

#### 20. Bombeiros

LEI n.º 48/2009, DR Série I. 149 (2009-08-04).

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, que define o

regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental.

#### 21. Carreira docente universitária

DECRETO-LEI n.º 205/2009, DR Série I. 168 (2009-08-31).

Procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro.

#### 22. Carreiras

V. *Administração pública, Enfermeiros, Médicos*.

#### 23. Centros de saúde

DESPACHO n.º 10143/2009, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 74 (2009-04-16).

Aprovação do Regulamento da Organização e Funcionamento da Unidade de Cuidados na Comunidade.

DECRETO-LEI n.º 102/2009, DR Série I. 90 (2009-05-11).

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, que estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

DELIBERAÇÃO n.º 1717/2009, Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., DR Série II. 117 (2009-06-19).

Delegação e subdelegação de competências nos directores executivos dos agrupamentos dos centros de saúde.

AVISO n.º 12 019/2009, Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., DR Série II. 130 (2009-07-08).

Delegação e subdelegação de competências nos coordenadores de unidades do Agrupamento de Centros de Saúde da Beira Interior Sul.

AVISO n.º 12 020/2009, Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., DR Série II. 130 (2009-07-08).

Delegação e subdelegação de competências nos coordenadores de unidades do Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira.



<p>AVISO n.º 12 021/2009, Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., DR Série II. 130 (2009-07-08). Delegação e subdelegação de competências nos coordenadores de unidades do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Sul.</p> <p>AVISO n.º 12 093/2009, Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., DR Série II. 132 (2009-07-10). Delegação e subdelegação de competências no presidente do conselho clínico do Agrupamento de Centros de Saúde da Beira Interior Sul.</p> <p>AVISO n.º 12 094/2009, Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., DR Série II. 132 (2009-07-10). Delegação e subdelegação de competências no presidente do conselho clínico do Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira.</p> <p>AVISO n.º 12 095/2009, Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., DR Série II. 132 (2009-07-10). Delegação e subdelegação de competências no presidente do conselho clínico do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Sul.</p> <p><i>V. Saúde pública.</i></p> <p><b>24. Células do cordão umbilical</b></p> <p>DESPACHO n.º 14 879/2009, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 126 (2009-07-02). Determina a criação do Banco Público de Células do Cordão Umbilical nas instalações do Centro de Histocompatibilidade do Norte.</p> <p><b>25. Códigos</b></p> <p>LEI n.º 14/2009, DR Série I. 64 (2009-04-01). Altera os artigos 1817.º e 1842.º do Código Civil sobre investigação de paternidade e maternidade.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 100/2009, DR Série I. 90 (2009-05-11). Altera o artigo 1626.º do Código Civil e o n.º 3 do artigo 7.º do Código do Registo Civil, relativamente à produção de efeitos civis das decisões eclesiais relativas à</p>	<p>nulidade do casamento canónico e à dispensa pontifícia do casamento rato e não consumado. Rectificado Declaração de Rectificação n.º 34/2009, de 19 de Maio de 2009.</p> <p>LEI n.º 19/2009, DR Série I. 91 (2009-05-12). Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código do Registo Comercial, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2005/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, relativa às fusões transfronteiriças das sociedades de responsabilidade limitada, e 2007/63/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro, que altera as Directivas n.ºs 78/855/CEE e 82/891/CEE, do Conselho, no que respeita à exigência de um relatório de peritos independentes aquando da fusão ou da cisão de sociedades anónimas, e estabelece o regime aplicável à participação dos trabalhadores na sociedade resultante da fusão.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 122/2009, DR Série I. 98 (2009-05-21). Simplifica as comunicações dos cidadãos e das empresas ao Estado, procedendo à 20.ª alteração ao Código do Registo Predial, à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à 31.ª alteração ao Código do Registo Comercial, à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à 9.ª alteração ao regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, à 20.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de Dezembro, à 20.ª alteração ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de Janeiro, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de Abril, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de Abril, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de Julho, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2008, de 31 de Janeiro, e à 9.ª alteração ao Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro.</p> <p>PORTARIA n.º 547/2009, DR Série I. 100 (2009-05-25). Regulamenta os procedimentos para operações especiais de registos.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 136-A/2009, DR Série I, Suplemento. 109 (2009-06-05). Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, dispensando de algumas</p>	<p>obrigações declarativas os sujeitos passivos que não possuam nem sejam obrigados a possuir contabilidade organizada e reduzindo o prazo das garantias exigidas para obtenção de reembolsos do imposto.</p> <p>LEI n.º 29/2009, DR Série I. 123 (2009-06-29). Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Código do Registo Predial e o Código do Registo Civil, no cumprimento das medidas de descongestionamento dos tribunais previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007, de 6 de Novembro, o Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, procede à transposição da Directiva n.º 2008/52/CE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de Março, e altera o Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 159/2009, DR Série I. 133 (2009-07-13). Altera e republica o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, adaptando as regras de determinação do lucro tributável às normas internacionais de contabilidade tal como adoptadas pela União Europeia.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 178/2009, DR Série I. 152 (2009-08-07). Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2006, de 8 de Junho, que procede à criação de um regime processual civil de natureza experimental.</p> <p>LEI n.º 94/2009, DR Série I. 169 (2009-09-01). Aprova medidas de derrogação do sigilo bancário, bem como a tributação a uma taxa especial dos acréscimos patrimoniais injustificados superiores a (euro) 100 000, procedendo a alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, à décima nona alteração à Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, e à décima sexta alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.</p> <p>LEI n.º 100/2009, DR Série I. 173 (2009-09-07). Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado</p>
---	---	---

pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, por forma a criar um regime de tributação das indemnizações por cessação de funções ou por rescisão de um contrato antes do termo auferidas por administradores, gestores e gerentes de pessoas colectivas residentes em território português.

LEI n.º 103/2009, DR Série I. 177 (2009-09-11).

Aprova o regime jurídico do apadrinhamento civil, procedendo à alteração do Código do Registo Civil, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e do Código Civil.

DECRETO REGULAMENTAR n.º 25/2009, DR Série I. 178 (2009-09-14).

Estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

DECRETO-LEI n.º 249/2009, DR Série I. 185 (2009-09-23).

No uso da autorização legislativa concedida pelos artigos 106.º e 126.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aprova o Código Fiscal do Investimento.

PORTARIA n.º 1109/2009, DR Série I. 187 (2009-09-25).

Determina o suporte informático para os actos e processos de registo civil e regula a reconstituição de actos e processos de registo.

*V. Administração pública, Benefícios fiscais, Contratos públicos, Regiões autónomas.*

## 26. Comissões de trabalhadores

*V. Infarmed.*

## 27. Comparticipações

*V. Farmácias, Medicamentos, Procriação medicamente assistida, Transplantes.*

## 28. Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

LEI n.º 24/2009, DR Série I. 104 (2009-05-29).

Regime jurídico do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 48/2009, DR Série I. 134 (2009-07-14).

Eleição para o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

DECLARAÇÃO n.º 6/2009, DR Série I. 145 (2009-07-29).

Designação ou eleição dos membros efectivos do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 64/2009, DR Série I. 149 (2009-08-04).

Designa cinco membros do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

## 29. Contra-ordenações

LEI n.º 28/2009, DR Série I. 117 (2009-06-19).

Revê o regime sancionatório no sector financeiro em matéria criminal e contra-ordenacional.

*V. Ambiente e Protecção dos trabalhadores.*

## 30. Contratos Públicos

DELIBERAÇÃO n.º 1377/2009, Conselho de Prevenção da Corrupção, DR Série II. 93 (2009-05-14).

Alteração do Código dos Contratos Públicos operada pelo Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro.

AVISO n.º 11 256/2009, Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., DR Série II. 119 (2009-06-23).

Conforme disposto nos n.os 4 e 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, bem como no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 772/2008, de 6 de Agosto, não podem ser adoptados quaisquer procedimentos tendentes à contratação de aquisições de bens móveis ou de serviços que não sejam feitos ao abrigo dos acordos quadro cele-

brados pela Agência Nacional de Compras Públicas.

PORTARIA n.º 959/2009, DR Série I. 162 (2009-08-21).

Aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas e revoga a Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro.

## 31. Convenções

*V. ADSE.*

## 32. Corrupção

REGULAMENTO n.º 238/2009, Conselho de Prevenção da Corrupção, DR Série II. 111 (2009-06-09).

Regulamento do Serviço de Apoio do Conselho de Prevenção da Corrupção.

RECOMENDAÇÃO n.º 1/2009 Conselho de Prevenção da Corrupção, DR Série II. 140 (2009-07-22).

Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de Julho de 2009, sobre planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas.

*V. Contratos públicos.*

## 33. Cosméticos

DECRETO-LEI n.º 115/2009, DR Série I. 95 (2009-05-18).

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos produtos cosméticos e de higiene corporal, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2008/88/CE, de 23 de Setembro, 2008/123/CE, de 18 de Dezembro, e 2009/6/CE, de 4 de Fevereiro, todas da Comissão, que alteram a Directiva n.º 76/768/CEE, do Conselho, de 27 de Julho, relativa aos produtos cosméticos, a fim de adaptar os seus anexos II, III e VII ao progresso técnico. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 45/2009, de 1 de Julho.

## 34. Crianças

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 24/2009, DR Série I. 64 (2009-04-01).

Recomenda ao Governo a distribuição gratuita de frutas e legumes nas escolas e outras medidas dirigidas à prevenção e combate à obesidade infantil.

DECRETO-LEI n.º 163/2009, DR Série I. 140 (2009-07-22).

Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 304/2003, de 9 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de promoção e organização de campos de férias.

LEI n.º 71/2009, DR Série I. 151 (2009-08-06).

Cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 77/2009, DR Série I. 157 (2009-08-14).

Recomenda ao Governo que proceda às alterações legislativas que se adequem aos novos conhecimentos científicos e tecnológicos e que melhorem a segurança dos brinquedos, antes e depois da sua entrada no mercado.

PORTARIA n.º 965/2009, DR Série I. 164 (2009-08-25).

Estabelece as regras de articulação entre as unidades de saúde e os serviços da segurança social e os instrumentos a utilizar, considerando o enquadramento desta matéria no âmbito da Lei de protecção de crianças e jovens em perigo e do Despacho n.º 31292/2008, publicado no DR, II Série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008.

DESPACHO n.º 20045/2009, Secretário de Estado da Segurança Social, DR Série II. 171 (2009-09-03).

Actualização do valor do subsídio a retribuir à família de acolhimento de crianças e jovens problemáticos.

LEI n.º 113/2009, DR Série I. 181 (2009-09-17).

Estabelece medidas de protecção de menores, em cumprimento do artigo 5.º da Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças, e procede à segunda alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto.

V. *Adopção, Educação, Educação sexual, Deficientes, Oncologia, Trabalho infantil.*

### 35. Cuidados Continuados Integrados

PORTARIA n.º 578/2009, DR Série I. 105 (2009-06-01).

Altera o Regulamento do Programa Modelar, aprovado pela Portaria n.º 376/2008, de 23 de Maio (Cuidados Continuados).

DESPACHO n.º 13765/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 114 (2009-06-16). Determina, para o ano de 2009, o montante disponível para as administrações regionais de Saúde atribuírem apoios financeiros ao abrigo do Programa Modelar, aprovado pela Portaria n.º 376/2008, de 23 de Maio.

### 36. Cuidados de saúde primários

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 45/2009, DR Série I. 104 (2009-05-29).

Prorroga por um ano o mandato da Missão para os Cuidados de Saúde Primários, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2005, de 12 de Outubro, e prorroga, por igual período, a nomeação do respectivo coordenador.

DESPACHO n.º 18846/2009, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 157 (2009-08-14).

Determina que novas aplicações a serem introduzidas nos cuidados de saúde primários respeitem os princípios aprovados, designadamente os que se referem à integração das aplicações informáticas.

DESPACHO n.º 20046/2009, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 171 (2009-09-03).

Designação de três assessores para integrar a equipa de assessoria ao coordenador da Missão para os Cuidados de Saúde Primários.

V. *Administrações regionais de saúde, Centros de Saúde.*

### 37. Dano corporal

PORTARIA n.º 679/2009, DR Série I. 121 (2009-06-25).

Primeira alteração à Portaria n.º 377/2008, de 26 de Maio, que fixa os critérios e valores orientadores para efeitos de apresentação aos lesados por acidente automó-

vel de proposta razoável para indemnização do dano corporal.

### 38. Defesa dos consumidores

DECRETO-LEI n.º 133/2009, DR Série I. 106 (2009-06-02).

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/48/CE, do Parlamento e do Conselho, de 23 de Abril, relativa a contratos de crédito aos consumidores. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 55/2009, de 31 de Julho.

DECRETO-LEI n.º 134/2009, DR Série I. 106 (2009-06-02).

Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços de promoção, informação e apoio aos consumidores e utentes através de centros telefónicos de relacionamento (*call centers*).

DECRETO-LEI n.º 192/2009, DR Série I. 158 (2009-08-17).

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 51/2007, de 7 de Março, que regula as práticas bancárias na concessão do crédito à habitação, estendendo o seu regime a outros contratos de crédito garantidos pelo mesmo imóvel e reforçando o direito do consumidor à informação, e procede à extensão do regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 171/2008, de 26 de Agosto, a este tipo de créditos.

DECRETO-LEI n.º 222/2009, DR Série I. 177 (2009-09-11).

Estabelece medidas de protecção do consumidor na celebração de contratos de seguro de vida associados ao crédito à habitação e procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro.

V. *Alimentos, Crianças, Cosméticos, Livro de reclamações.*

### 39. Deficientes

PORTARIA n.º 511/2009, DR Série I. 93 (2009-05-14).

Fixa os montantes das prestações por encargos familiares e das prestações que visam a protecção de crianças e jovens com deficiência e ou em situação de dependência.

DECLARAÇÃO (extracto) n.º 229/2009, Direcção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 122 (2009-06-26).

Registo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social Associação Portuguesa para a Protecção aos Deficientes Autistas.

DECLARAÇÃO (extracto) n.º 267/2009, Direcção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 148 (2009-08-03).

Registo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade Social — APPDA — Norte — Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo.

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 71/2009, DR Série I. 146 (2009-07-30).

Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptada em Nova Iorque em 30 de Março de 2007.

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 72/2009, DR Série I. 146 (2009-07-30).

Ratifica o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptado em Nova Iorque em 30 de Março de 2007.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 56/2009, DR Série I. 146 (2009-07-30).

Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptada em Nova Iorque em 30 de Março de 2007.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 57/2009, DR Série I. 146 (2009-07-30).

Aprova o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptado em Nova Iorque em 30 de Março de 2007.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 72/2009, DR Série I. 157 (2009-08-14).

Soluções institucionais e legais adequadas ao exercício pleno do direito de voto.

*V. Ensino superior, Incapacidade temporária, Militares.*

#### 40. Delegação de competências

*V. ARS, Centros de saúde, Ministério da Saúde, Hospitais, Parcerias público privadas, Universidades.*

#### 41. Desemprego

PORTARIA n.º 384/2009, DR Série I. 70 (2009-04-09).

Adapta a taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) de juros de empréstimos, em que pelo menos um dos mutuários se encontre na situação de desempregado.

DECRETO-LEI n.º 103/2009, DR Série I. 91 (2009-05-12).

Cria uma linha de crédito extraordinária destinada à protecção da habitação própria permanente em situação de desemprego.

DECRETO-LEI n.º 150/2009, DR, Série I. 124 (2009-06-30).

Estabelece um regime de alargamento das condições de atribuição do subsídio social de desemprego.

*V. Regiões autónomas.*

#### 42. Desporto

DESPACHO n.º 10 535/2009, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, DR Série II. 79 (2009-04-23).  
Reconhece a Fundação Técnica e Científica do Desporto.

DESPACHO n.º 11 318/2009, Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, DR Série II. 89 (2009-05-08).

Determina o regime de validade dos exames médico-desportivos.

DECRETO-LEI n.º 141/2009, DR Série I. 114 (2009-06-16).

Estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público.

LEI n.º 27/2009, DR Série I. 117 (2009-06-19).

Estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 57/2009, de 4 de Agosto de 2008.

LEI n.º 39/2009, DR Série I. 146 (2009-07-30).

Estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança.

DESPACHO n.º 19596/2009, Ministro da Educação, DR Série II. 165 (2009-08-26).

Determina o envio ao Instituto do Desporto de Portugal, I.P. (IDP), dos dados actualizados sobre a situação escolar dos praticantes de desporto de alto rendimento.

#### 43. Diário da República

DESPACHO NORMATIVO n.º 13/2009, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, DR Série II. 64 (2009-04-01).

Primeira alteração ao Regulamento de Publicação de Actos no Diário da República.

#### 44. Direitos de autor

*V. Propriedade intelectual.*

#### 45. Direitos dos utentes do Serviço Nacional de Saúde

PORTARIA n.º 535/2009, DR Série I. 95 (2009-05-18).

Regula o processo de reconhecimento do âmbito e da representatividade, o registo e as formas de apoio das associações de defesa dos utentes de saúde.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 39/2009 DR Série I. 101 (2009-05-26).

Recomenda a regulamentação, com carácter de urgência, da Lei n.º 44/2005, de 29 de Agosto — Lei das associações de defesa dos utentes de saúde.

LEI n.º 106/2009, DR Série I. 178 (2009-09-14).

Acompanhamento familiar em internamento hospitalar.

LEI n.º 108/2009, DR Série I. 178 (2009-09-14).

Alteração do regime de apoio ao acolhimento familiar.

DECRETO-LEI n.º 253/2009, DR Série I. 185 (2009-09-23).

Aprova o Regulamento da Assistência Espiritual e Religiosa no Serviço Nacional de Saúde.

#### 46. Direitos humanos

*V. Advogados, Tráfico de seres humanos.*

#### 47. Discriminação

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 49/2009, DR Série I. 134 (2009-07-14).

Eleição para a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial.

V. *Desporto*.

#### 48. Disfibriladores automáticos externos

DECRETO-LEI n.º 188/2009, DR Série I. 155 (2009-08-12).

Estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de actos de desfibrilhação automática externa por não médicos, bem como a instalação e utilização de desfibriladores automáticos externos, em ambiente extra-hospitalar.

#### 49. Dispositivos médicos implantáveis

DECRETO-LEI n.º 145/2009, DR Série I. 115 (2009-06-17).

Estabelece as regras a que devem obedecer a investigação, o fabrico, a comercialização, a entrada em serviço, a vigilância e a publicidade dos dispositivos médicos e respectivos acessórios e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/47/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 60-A/2009, de 14 de Agosto de 2009.

#### 50. Doença de Alzheimer

V. *Medicamentos*

#### 51. Doenças raras

DESPACHO n.º 10675/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 80 (2009-04-24).

Criação da Comissão de Coordenação do Programa Nacional para as Doenças Raras.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 34/2009, DR Série I. 88 (2009-05-07).

Recomenda ao Governo que crie o cartão para protecção especial dos portadores de doença rara.

#### 52. Doenças transmissíveis

DECISÃO n.º 2009/362/CE, Comissão, JOUE n.º 110, Série L, 1 de Maio de 2009.

Altera a Decisão 2002/253/CE que estabelece definições de casos para a notificação de doenças transmissíveis à rede comunitária ao abrigo da Decisão n.º 2119/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho [notificada com o número C (2009) 3517].

ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO n.º 1894//2009, Direcção-Geral da Saúde, DR n.º 85 Série II (2009-05-04).

Aquisição de serviços de informática tendentes ao desenvolvimento de aplicações informáticas para a Desmaterialização do Processo de Vigilância das Doenças Transmissíveis.

LEI n.º 81/2009, DR Série I. 162 (2009-08-21).

Institui um sistema de vigilância em saúde pública, que identifica situações de risco, recolhe, actualiza, analisa e divulga os dados relativos a doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública, bem como prepara planos de contingência face a situações de emergência ou tão graves como de calamidade pública.

#### 53. Educação

LEI n.º 13/2009, DR Série I. 64 (2009-04-01).

Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 125/82, de 22 de Abril, que regula a composição, competência e regime de funcionamento do Conselho Nacional de Educação.

DESPACHO n.º 10150/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Educação, DR Série II. 74 (2009-04-16).

Aprova novas medidas de apoio social e altera o Despacho n.º 20 956/2008, de 24 de Julho, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar da responsabilidade do Ministério da Educação a partir do ano lectivo de 2008-2009.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 37/2009, DR Série I. 92 (2009-05-13).

Eleição do presidente do Conselho Nacional de Educação.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 38/2009, DR Série I. 92 (2009-05-13).

Eleição dos representantes dos grupos parlamentares no Conselho Nacional de Educação.

DECRETO-LEI n.º 125/2009, DR Série I. 99 (2009-05-22).

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, que aprovou o novo regime jurídico dos planos de poupança-reforma, dos planos de poupança-educação e dos planos de poupança-reforma/educação.

PARECER n.º 62/2008, Procuradoria-Geral da República, DR Série II. 109 (2009-06-05).

Regime de aposentação dos educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico, em regime de monodocência.

PARECER n.º 3/2009, Conselho Nacional de Educação, DR Série II. 122 (2009-06-26).

Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 271/X que visa estabelecer o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontrem em idade escolar e consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade.

PORTARIA n.º 756/2009, DR Série I. 134 (2009-07-14).

Estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário e para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.

PORTARIA n.º 781/2009, DR Série I. 141 (2009-07-23).

Estabelece a estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações.

PORTARIA n.º 782/2009, DR Série I. 141 (2009-07-23).

Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.

DECRETO-LEI n.º 165-C/2009, DR Série I, Suplemento. 144 (2009-07-28).

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto, que aprovou o regime do ensino português no estrangeiro.



REGULAMENTO n.º 324/2009, DR Série II. 144 (2009-07-28).

Normas regulamentares de convalidação de competências e de creditação de unidades curriculares.

PORTARIA n.º 835/2009, DR Série I. 147 (2009-07-31).

Cria a Escola Móvel, na dependência orgânica da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC).

PARECER n.º 4/2009, Conselho Nacional de Educação, DR Série II. 149 (2009-08-04).

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015).

LEI n.º 77/2009, DR Série I. 156 (2009-08-13).

Institui um regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o curso de Magistério Primário e de Educação de Infância em 1975 e 1976.

PORTARIA n.º 914/2009, DR Série I. 158 (2009-08-17).

Aprova o Quadro de Referência do Ensino do Português como Língua Estrangeira (QuAREPE).

PORTARIA n.º 966/2009, DR Série I. 164 (2009-08-25).

Altera a Portaria n.º 343/2008, de 30 de Abril, que fixa as funções ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica.

PORTARIA n.º 967/2009, DR Série I. 164 (2009-08-25).

Aprova a regulamentação do reconhecimento das qualificações dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário previsto na Directiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de Setembro, e na Directiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de Novembro, transpostas para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março.

LEI n.º 85/2009, DR Série I. 166 (2009-08-27).

Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar

para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

DECRETO-LEI n.º 220/2009, DR Série I. 174 (2009-09-08).

Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência nos domínios de habilitação não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro.

DESPACHO n.º 20650/2009, Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, DR Série II. 178 (2009-09-14).

Cria grupo de trabalho com o objectivo de apresentar um diagnóstico das necessidades de formação de dupla certificação.

DECRETO-LEI n.º 270/2009, DR Série I. 190 (2009-09-30).

Procede à nona alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho.

DECRETO-LEI n.º 224/2009, DR Série I. 177 (2009-09-11).

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e prevê a existência de postos de trabalho com a categoria de encarregado operacional da carreira de assistente operacional nos mapas de pessoal dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

V. *Desporto, Segurança escolar, Voluntariado*.

#### 54. Educação sexual

PARECER n.º 2/2009, Conselho Nacional de Educação, DR Série II. 78 (2009-04-22).

Parecer sobre os «Projectos de lei relativos ao regime de aplicação da educação sexual nas escolas».

LEI n.º 60/2009, DR Série I. 151 (2009-08-06).

Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

#### 55. Emergências

DESPACHO n.º 15730/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, DR Série II. 132 (2009-07-10).  
Estrutura e condições necessárias para a entrada em funcionamento do Centro Operacional 112.pt Sul.

V. *Disfibriladores automáticos externos*.

#### 56. Ensino Superior

DECRETO n.º 11/2009, DR Série I. 70 (2009-04-09).

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República do Chile nas áreas da Educação, Ciência e Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social, assinado em Lisboa em 2 de Março de 2007.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 59/2009, DR Série I. 132 (2009-07-10).

Aprova um conjunto de medidas de apoio social aos estudantes do ensino superior.

DESPACHO n.º 16071/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 134 (2009-07-14).

Determina que todas as cantinas no âmbito do sistema de acção social do ensino superior devem assegurar o fornecimento de refeições ao preço mínimo subsidiado. Mantém, no período entre 1 de Outubro de 2009 e 30 de Setembro de 2010, o preço mínimo da refeição subsidiada no âmbito do sistema de acção social do ensino superior e o preço do alojamento para bolsistas nas residências dos serviços de acção social.

DESPACHO n.º 17705/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 147 (2009-07-31).

Nomeia a comissão de avaliação para apreciação dos requerimentos de candidatura às vagas do contingente especial para candidatos com deficiência física ou sensorial para o concurso nacional de acesso e ingresso no ensino superior público para a matrícula e inscrição no ano lectivo de 2009-2010.

DELIBERAÇÃO n.º 2263/2009, Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, DR Série II. 147 (2009-07-31).

Esclarece o âmbito da aplicação da deliberação da CNAES n.º 904/2008, de 27 de Março.

DECRETO-LEI n.º 204/2009, DR Série I. 168 (2009-08-31).

Procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril, que estabelece os princípios da política de acção social no ensino superior.

DECRETO-LEI n.º 206/2009, DR Série I. 168 (2009-08-31).

Aprova o regime jurídico do título de especialista a que se refere o artigo 48.º da LEI n.º 62/2007, de 10 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior.

DECRETO-LEI n.º 207/2009, DR Série I. 168 (2009-08-31).

Procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

DECRETO-REGULAMENTAR n.º 15/2009, DR Série I. 168 (2009-08-31).

Estabelece a composição, as competências e o modo de funcionamento do Conselho Coordenador do Ensino Superior.

PORTARIA n.º 1031/2009, DR Série I. 176 (2009-09-10).

Fixa as áreas em que devem ser realizadas as provas de ingresso obrigatórias para determinados cursos superiores.

V. *Bolsas de Estudo, Carreira docente universitária, Graus académicos, Universidade Nova de Lisboa, Universidades.*

## 57. Enfermeiros

LEI n.º 111/2009, DR Série I. 180 (2009-09-16).

Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril.

DECRETO-LEI n.º 247/2009, DR Série I. 184 (2009-09-22).

Estabelece o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, bem como os respectivos requisitos de habilitação profissional e percurso de progressão profissional e de diferenciação técnico-científica.

DECRETO-LEI n.º 248/2009, DR Série I. 184 (2009-09-22).

Estabelece o regime da carreira especial de enfermagem, bem como os respectivos requisitos de habilitação profissional.

## 58. ENSP

DESPACHO n.º 17200/2009, Instituto Politécnico de Setúbal, DR Série II. 142 (2009-07-24).

Caracterização e plano de estudos do Mestrado em Fisioterapia da Escola Superior de Saúde, em conjunto com a Escola Nacional de Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Nova de Lisboa.

DESPACHO n.º 21800/2009, Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 189 (2009-09-29).

Composição do conselho de escola da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa

V. *Carreira docente universitária, Ensino superior, Graus académicos, Investigação, Universidade Nova de Lisboa.*

## 59. Entidade reguladora da saúde

DECRETO-LEI n.º 127/2009, DR Série I. 102 (2009-05-27).

Procede à reestruturação da Entidade Reguladora da Saúde, definindo as suas atribuições, organização e funcionamento.

## 60. Entidades públicas empresariais

DESPACHO n.º 20721/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 179 (2009-09-15). Realização do Capital estatutário nas empresas hospitalares.

DESPACHO n.º 20406/2009, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, DR Série II. 176 (2009-09-10).

Regime jurídico do sector empresarial do Estado — deveres de prestação de informação.

V. *Enfermeiros, Hospitais, Médicos.*

## 61. Epidemiologia

PORTARIA n.º 1065/2009, DR Série I. 180 (2009-09-16).

Aprova o Regulamento do Ciclo de Estudos Especiais em Epidemiologia.

## 62. Esclerose múltipla

V. *Medicamentos.*

## 63. Estrangeiros

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 50/2009, DR Série I. 114 (2009-06-16).

Determina o limite da concessão de vistos de residência para a admissão em território nacional de cidadãos estrangeiros para o exercício de uma actividade profissional subordinada.

PORTARIA n.º 760/2009, DR Série I. 136 (2009-07-16).

Adopta medidas excepcionais quanto ao regime que fixa os meios de subsistência de que devem dispor os cidadãos estrangeiros para a entrada e permanência em território nacional.

V. *Graus académicos.*

## 64. Estupefacientes

LEI n.º 18/2009, DR Série I. 90 (2009-05-11).

Procede à décima sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando as substâncias oripavina e 1-benzilpiperazina às tabelas anexas. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 41/2009, de 22 de Junho.

## 65. Farmácias

PORTARIA n.º 697/2009, DR Série I. 125 (2009-07-01).

Regula a dispensa de medicamentos ao público, em quantidade individualizada, nas farmácias de oficina ou de dispensa de medicamentos ao público instaladas nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

DECRETO-LEI n.º 241/2009, DR Série I. 180 (2009-09-16).

Estabelece o regime de instalação, abertura e funcionamento de farmácia de dis-

pensa de medicamentos ao público nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e as condições da respectiva concessão por concurso público e revoga o Decreto-Lei n.º 235/2006, de 6 de Dezembro.

*V. Regiões autónomas.*

## 66. Governo

DECRETO-LEI n.º 92/2009, DR Série I. 74 (2009-04-16).

Sétima alteração à Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro, 135/2006, de 26 de Julho, 201/2006, de 27 de Outubro, 240/2007, de 21 de Junho, e 44/2008, de 11 de Março.

## 67. Graus académicos

DESPACHO n.º 11681/2009, Reitoria Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 93 (2009-05-14).

Normas regulamentares do Mestrado Integrado em Medicina.

DELIBERAÇÃO n.º 1492/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 103 (2009-05-28). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, atribuídos na Suíça, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 1493/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 103 (2009-05-28). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, atribuídos nos Estados Unidos da América, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 1494/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 103 (2009-05-28). Reconhecimento de graus pré-Bolonha conferidos nos países constantes da deliberação genérica n.º 8 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DESPACHO n.º 12713/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 103 (2009-05-28). Reconhecimento dos graus conferidos no 1.º e 2.º ciclos nos Estados membros da

União Europeia, em conformidade com o n.º 2 da deliberação n.º 2430/2008, de 9 de Setembro.

DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO n.º 1381/2009, DR Série II. 104 (2009-05-29).

Rectificação ao Despacho n.º 6431/2009, de 26 de Fevereiro, referente à fixação a regra para a conversão de classificações atribuídas por instituições de ensino superior do Reino Unido para a escala de classificação portuguesa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 2152/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 141 (2009-07-23). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, pré-Bolonha, conferidos na Federação Russa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 2153/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 141 (2009-07-23). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, pré-Bolonha, conferidos na Ucrânia, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 2154/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 141 (2009-07-23). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, pré-Bolonha, conferidos na Moldávia, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 2155/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 141 (2009-07-23). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, pré-Bolonha, conferidos na Eslováquia, Eslovénia, Letónia e Suécia, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 2156/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 141 (2009-07-23). Reconhecimento de grau académico de mestre conferido no Brasil, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 2157/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estran-

geiros, DR Série II. 141 (2009-07-23). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, pré-Bolonha, conferidos na Áustria, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 2158/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 141 (2009-07-23). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, pré-Bolonha, conferidos na Turquia, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DESPACHO n.º 17038/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 141 (2009-07-23). Reconhecimento do grau de doutor atribuído nos Estados-membros da União Europeia, em conformidade com o n.º 2 da deliberação n.º 2429/2008, de 9 de Setembro.

DESPACHO n.º 17039/2009, Direcção-Geral do Ensino Superior, DR Série II. 141 (2009-07-23).

Fixa a regra para a conversão de classificações atribuídas por instituições de ensino superior dos Estados Unidos da América para a escala de classificação portuguesa, de acordo com o Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DELIBERAÇÃO n.º 2311/2009, Comissão de Reconhecimento de Graus Estrangeiros, DR Série II. 152 (2009-08-07). Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, atribuídos no Canadá, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

DECRETO-LEI n.º 230/2009, DR Série I. 178 (2009-09-14).

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e diplomas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolsheiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas.

*V. Escola Nacional de Saúde Pública, Ensino superior, Universidade Nova de Lisboa.*

## 68. Gripe

DESPACHO n.º 16548/2009 Ministra da Saúde, DR Série II. 139 (2009-07-21).  
Determina que o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. (INSA), articule a coordenação e cooperação entre o sistema laboratorial nacional, constituindo uma rede de laboratórios para o diagnóstico da infeção pelo vírus da gripe A (H1N1).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 61/2009, DR Série I. 140 (2009-07-22).

Autoriza a realização da despesa com a aquisição de vacinas contra a gripe A.

DESPACHO n.º 19320/2009, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 162 (2009-08-21).

Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2009-2010, prescritas a partir de 1 de Setembro de 2009, são válidas até 31 de Dezembro do corrente ano.

DESPACHO n.º 19868-B/2009, Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, DR Série II, 2.º Suplemento. 168 (2009-08-31).

Determinação da interrupção ou suspensão de serviços ou encerramento de estabelecimentos nos casos em que se reconheça o perigo de contágio pelo vírus H1N1.

DESPACHO n.º 21365-A/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II, Suplemento. 184 (2009-09-22).

Ordena a interrupção ou suspensão de serviços ou o encerramento de estabelecimentos, total ou parcialmente, nos casos em que as autoridades de saúde reconheçam o perigo de contágio pelo vírus H1N1 (gripe A).

## 69. Hospitais

DESPACHO n.º 9224/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 65 (2009-04-02).  
Nomeia o presidente do conselho de administração do Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco.

DESPACHO n.º 9655/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 68 (2009-04-07).

Nomeação da presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Águeda.

DESPACHO n.º 10 394/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 77 (2009-04-21).  
Nomeação do presidente do conselho de administração do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede.

DESPACHO n.º 10 445/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 78 (2009-04-22)  
Nomeação dos membros do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E., para o triénio 2009-2011.

DESPACHO n.º 10 544/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 79 (2009-04-23).  
Nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., para o triénio de 2009-2011.

DESPACHO n.º 10 545/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 79 (2009-04-23).  
Nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital Distrital de Santarém, E.P.E., para o triénio de 2009-2011.

DESPACHO n.º 10 546/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 79 (2009-04-23).  
Nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital de São Teotónio, E.P.E., para o triénio 2009-2011.

DESPACHO n.º 10 547/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 79 (2009-04-23).  
Nomeação dos membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E., para o triénio 2009-2011.

DESPACHO n.º 10 548/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 79 (2009-04-23).  
Nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital de Santo André, E.P.E., para o triénio de 2009-2011.

DESPACHO n.º 10 549/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 79 (2009-04-23).  
Nomeação dos membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do

Nordeste, E.P.E., para o triénio de 2009-2011.

DESPACHO n.º 10 550/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 79 (2009-04-23).  
Nomeação dos membros do conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E., para o triénio 2009-2011.

DESPACHO n.º 11 210/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 87 (2009-05-06).  
Nomeação para o conselho de administração do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., para o triénio 2008-2010.

DESPACHO n.º 11 233/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 87 (2009-05-06).  
Nomeação do presidente do conselho de administração do Hospital do Visconde de Salreu, Estarreja.

DESPACHO n.º 11 234/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 89 (2009-05-08).  
Nomeação para o conselho de administração do Hospital de São João, E.P.E., para o triénio de 2009-2011.

DESPACHO n.º 11 653/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 93 (2009-05-14).  
Delegação de poderes nos conselhos de administração dos hospitais do sector público administrativo e dos hospitais do sector público empresarial do Estado.

DESPACHO n.º 12 941/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 106 (2009-06-02).  
Nomeação para o conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E., para o triénio de 2009-2011.

DESPACHO n.º 14 324/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 121 (2009-06-25).  
Criação de um grupo de trabalho para definir o perfil assistencial, a área de influência e a dimensão e o programa funcional do novo Hospital de Estarreja.

DESPACHO n.º 17 797/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 148 (2009-08-03).  
Aprova o relatório de qualificação prévia dos concorrentes da comissão de avaliação



ção do procedimento de contratação com qualificação prévia para a celebração do contrato de gestão do edifício hospitalar do Hospital Central do Algarve.

DESPACHO n.º 19 801/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 168 (2009-08-31). Nomeação para o conselho de administração do Centro Hospitalar do Porto, E.P.E., para o triénio de 2009-2011.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 65/2009, DR Série I. 152 (2009-08-07).

Prorroga, até 31 de Dezembro de 2010, o prazo previsto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2004, de 7 de Outubro, de opção de recompra pelo Estado e de revenda pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social do prédio onde se encontra actualmente instalado o edifício do Hospital de Cascais.

DECLARAÇÃO (extracto) n.º 305/2009 Direcção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 167 (2009-08-28).

Registo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social AAP-HSM (Associação de Apoio a Profissionais do Hospital de Santa Maria).

V. *Células do cordão umbilical, Direitos dos utentes, Farmácias, Parcerias público-privadas.*

## 70. Idosos

DECRETO-LEI n.º 151/2009, DR Série I. 124 (2009-06-30).

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, que institui o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade, e à terceira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 197/2009, DR Série I. 164 (2009-08-25).

Regula os termos da extinção da Fundação Cartão do Idoso, instituída pelo Decreto-Lei n.º 102/97, de 28 de Abril.

## 71. Incapacidade temporária

DECRETO-LEI n.º 93/2009, DR Série I. 74 (2009-04-16).

Aprova o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária.

## 72. Inclusão social

DESPACHO n.º 11 865-A/2009 Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, DR Série II, Suplemento. 94 (2009-05-15).

Nomeação da coordenadora do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010 (PNAI).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 56/2009, DR Série I. 126 (2009-07-02).

Designa o coordenador nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPEs), a ter lugar em 2010, e cria a Comissão Nacional de Acompanhamento ao AECPEs.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 63/2009, DR Série I. 141 (2009-07-23).

Procede à renovação, para o período de 2010 a 2012, do Programa Escolhas, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro, anteriormente renovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de Abril, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de Junho.

DESPACHO NORMATIVO n.º 27/2009, DR Série II. 151 (2009-08-06).

Aprova o Regulamento do Programa Escolhas.

## 73. Indemnizações

V. *Dano corporal, Vítimas de crimes violentos.*

## 74. Instituto Nacional de Administração

REGULAMENTO n.º 387/2009, Instituto Nacional de Administração, I.P., DR Série II. 183 (2009-09-21).

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) 10.ª Edição (2009-2010).

DELIBERAÇÃO n.º 2665/2009, Instituto Nacional de Administração, I.P., DR Série II. 183 (2009-09-21).

Delegação de competências.

## 75. Invalidez

LEI n.º 90/2009, DR Série I. 168 (2009-08-31).

Aprova o regime especial de protecção na invalidez.

## 76. Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

DESPACHO NORMATIVO n.º 15/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 68 (2009-04-07).

Aprova o Regulamento Interno do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

REGULAMENTO n.º 337/2009, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., DR Série II. 149 (2009-08-04).

Regulamento interno do conselho científico do INSA, I.P.

V. *Gripe.*

## 77. Investigação

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 47/2009, DR Série I. 106 (2009-06-02).

Autoriza a realização da despesa inerente à execução do programa de investigação de translação e de disseminação de informação, a celebrar entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Harvard Medical School.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 60/2009, DR Série I. 148 (2009-08-03).

Aprofundamento das actividades da Assembleia da República nas áreas da ciência e tecnologia.

V. *Desporto.*

## 78. Jovens

DESPACHO n.º 16485/2009, Instituto Português da Juventude, I.P., DR Série II. 139 (2009-07-21).

Criação de equipa de projecto, designada por Gabinete de Saúde Juvenil.

## 79. Listas de espera

V. *SIGIG.*



## 80. Livro de reclamações

DECRETO-LEI n.º 118/2009, DR Série I. 96 (2009-05-19).

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral, criando a rede telemática de informação comum.

## 81. Magistrados

LEI n.º 30/2009, DR Série I. 124 (2009-06-30).

Aprova norma transitória que estabelece regime excepcional de acesso de juizes aos Tribunais da Relação.

LEI n.º 37/2009, DR Série I. 138 (2009-07-20).

Décima segunda alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de Julho (Estatuto dos Magistrados Judiciais), e oitava alteração à Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro (Estatuto do Ministério Público), no sentido de conferir aos magistrados direito ao abono de ajudas de custo e de transporte para a frequência em acções de formação contínua.

## 82. Maternidade e Paternidade

V. *Parentalidade*.

## 83. Medicamentos

AVISO n.º 7519/2009, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., DR Série II. 67 (2009-04-06).

Lista de medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 de Setembro de 2008.

AVISO n.º 7520/2009, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., DR Série II. 67 (2009-04-06).

Lista de medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 de Março de 2009.

AVISO n.º 7627/2009, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., DR Série II. 68 (2009-04-07).

Medicamentos excluídos da lista de medicamentos comparticipados.

AVISO n.º 7628/2009, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., DR Série II. 68 (2009-04-07).

Lista de medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 de Abril de 2009.

DELIBERAÇÃO n.º 1028/2009, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., DR Série II. 68 (2009-04-07).

Instruções aos requerentes de pedidos de comparticipação de medicamentos de uso humano.

AVISO n.º 7736/2009, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., DR Série II. 69 (2009-04-08).

Lista de medicamentos excluídos da comparticipação.

DESPACHO n.º 10 302/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 76 (2009-04-20).

Aprova as regras relativas ao acondicionamento e rastreabilidade dos medicamentos dispensados nos termos do Decreto-Lei n.º 13/2009, de 12 de Janeiro.

DESPACHO n.º 10 303/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 76 (2009-04-20).

Alteração ao anexo do Despacho n.º 11 728/2004, de 17 de Maio, alterado pelo Despacho n.º 5775/2005, de 18 de Fevereiro — medicamentos para o tratamento da esclerose múltipla.

DESPACHO n.º 10676/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 80 (2009-04-24).

Determina a alteração ao anexo do Despacho n.º 4250/2007, de 29 de Janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 47, de 7 de Março de 2007 — medicamentos destinados ao tratamento da doença de Alzheimer.

DECRETO-LEI n.º 129/2009, DR Série I. 104 (2009-05-29).

Procede à 11.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, que estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos.

DESPACHO n.º 12 806/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 104 (2009-05-29).

Determina a alteração ao anexo do Despacho n.º 4250/2007, de 29 de Janeiro, publicado no Diário da República, II Série, n.º 47, de 7 de Março de 2007 — medicamentos prescritos a doentes com doença de Alzheimer.

PORTARIA n.º 668/2009, DR Série I. 117 (2009-06-19).

Segunda alteração à Portaria n.º 1016-A/2008, de 8 de Setembro, que reduz os preços máximos de venda ao público dos medicamentos genéricos.

DESPACHO n.º 14 821-A/2009, Ministros da Economia e da Inovação e da Saúde, DR Série II, Suplemento. 125 (2009-07-01).

Aprovação dos preços de referência dos grupos homogêneos de medicamentos sujeitos ao sistema de preços de referência.

DESPACHO n.º 14 123/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 119 (2009-06-23).

Comparticipação de medicamentos destinados ao tratamento da artrite reumatóide e da espondilite anquilosante.

DESPACHO n.º 15 442/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 130 (2009-07-08).

Alteração ao anexo do Despacho n.º 1234/2007, de 29 de Dezembro, publicado no Diário da República, II Série, n.º 18, de 25 de Janeiro de 2007 — doença inflamatória intestinal.

DELIBERAÇÃO n.º 2272/2009, Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., DR Série II. 148 (2009-08-03).

Aprova a Farmacopeia Portuguesa IX e as respectivas adendas.

DECRETO-LEI n.º 182/2009, DR Série I. 152 (2009-08-07).

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos medicamentos de uso humano.

DESPACHO n.º 19 696/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 166 (2009-08-27).

Alteração ao anexo do Despacho n.º 1234/2007, de 29 de Dezembro, publicado no Diário da República, II Série, n.º 18, de 25 de Janeiro de 2007 — comparticipação de

medicamentos destinados ao tratamento da doença inflamatória intestinal.

PORTARIA n.º 1047/2009, DR Série I. 179 (2009-09-15).

Terceira alteração à Portaria n.º 1016-A/2008, de 8 de Setembro, que reduz os preços máximos de venda ao público dos medicamentos genéricos.

*V. Farmácias, Oncologia, Procriação medicamente assistida, Transplantes.*

#### 84. Medicamentos veterinários

DECRETO-LEI n.º 184/2009, DR Série I. 154 (2009-08-11).

Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade dos centros de atendimento médico-veterinários (CAMV) e os respectivos requisitos quanto a instalações, organização e funcionamento.

#### 85. Médicos

PORTARIA n.º 766/2009, DR Série I. 136 (2009-07-16).

Actualiza os programas de formação das áreas profissionais de especialização de angiologia/cirurgia vascular e radioterapia.

DECRETO-LEI n.º 176/2009, DR Série I. 149 (2009-08-04).

Estabelece o regime da carreira dos médicos nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, bem como os respectivos requisitos de habilitação profissional e percurso de progressão profissional e de diferenciação técnico-científica.

DECRETO-LEI n.º 177/2009, DR Série I. 149 (2009-08-04).

Estabelece o regime da carreira especial médica, bem como os respectivos requisitos de habilitação profissional.

*V. Atestados médicos, Graus académicos.*

#### 86. Militares

DECRETO-LEI n.º 76/2009, DR Série I. 64 (2009-04-01).

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 269/90, de 31 de Agosto, que cria o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

PORTARIA n.º 650/2009, DR Série I. 112 (2009-06-12).

Estabelece os procedimentos conducentes à atribuição do regime especial de participação de medicamentos aos beneficiários da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).

PARECER n.º 92/2005, Procuradoria-Geral da República, DR Série II. 113 (2009-06-15).

Suplemento remuneratórios a abonar ao pessoal da PSP e da GNR nos períodos de licença por maternidade ou paternidade, de amamentação, de assistência à família, de doença e de férias.

LEI n.º 26/2009, DR Série I. 116 (2009-06-18).

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, estabelecendo o apoio na doença aos deficientes das Forças Armadas.

PORTARIA n.º 1034/2009, DR Série I. 177 (2009-09-11).

Adopta novas regras de assistência em caso de acidentes de serviço e doenças profissionais dos militares das Forças Armadas e revoga a Portaria n.º 1394/2007, de 25 de Outubro.

#### 87. Ministério da Saúde

DESPACHO n.º 11447/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 91 (2009-05-12). Define os montantes a atribuir a programas de apoio para o ano de 2009.

DESPACHO n.º 11654/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 93 (2009-05-14).

Delegação de poderes no conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

DELIBERAÇÃO n.º 1490/2009, Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., DR Série II. 103 (2009-05-28).

Distribuição das responsabilidades de coordenação genérica e de gestão corrente das diversas unidades orgânicas da ACSS, no Presidente, Vice-presidentes e Vogais.

AVISO n.º 13089/2009, Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, DR Série II. 141 (2009-07-23).

Estatutos aprovados da Comissão de Trabalhadores do INFARMED — Autoridade

Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.

DELIBERAÇÃO n.º 2180/2009 INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., DR Série II. 142 (2009-07-24). Aprova o Código de Conduta do INFARMED, I.P.

DESPACHO n.º 18628/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 155 (2009-08-12).

Determina a instituição de um Sistema Comum de Compras (SCC), no âmbito da articulação entre as centrais de compras do sector da saúde, previsto no Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de Outubro.

PORTARIA n.º 1087/2009, DR Série I. 184 (2009-09-22).

Altera a Portaria n.º 646/2007, de 30 de Maio, que aprova os Estatutos da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

DESPACHO n.º 11447/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 91 (2009-05-12). Define os montantes a atribuir a programas de apoio para o ano de 2009.

*V. Administrações regionais de saúde, Gripe, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Portal da Saúde, Transplantes.*

#### 88. Mulheres

DESPACHO n.º 17245/2009, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, DR Série II. 143 (2009-07-27).

Alteração do Despacho n.º 15607/2009, de 9 de Julho, do regulamento específico «Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres.

DECLARAÇÃO (extracto) n.º 254/2009, Direcção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 142 (2009-07-24).

Registo da constituição e estatutos da instituição particular de solidariedade social Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 71/2009, DR Série I. 164 (2009-08-25).

Aprova o Plano Nacional de Acção para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000), adoptada em 31 de Outubro de 2000, sobre «mulheres, paz e segurança» (2009-2013).

V. *Vítimas de crimes violentos.*

## 89. Obesidade

V. *Crianças.*

## 90. Oncologia

DESPACHO n.º 11 197/2009, Presidência do Conselho de Ministros, DR Série II. 87 (2009-05-06).

Declara de utilidade pública a Associação de Investigação de Cuidados de Suporte em Oncologia.

DESPACHO (extracto) n.º 12 220/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 98 (2009-05-21).

Alteração do anexo do Despacho n.º 10 280/2008, de 11 de Março, publicado no Diário da República, II Série, n.º 69, de 8 de Abril de 2008 — medicamentos opióides prescritos para o tratamento da dor crónica não oncológica.

DESPACHO n.º 12 221/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 98 (2009-05-21).

Alteração ao anexo do Despacho n.º 10 279/2008, de 11 de Março, publicado no Diário da República, II Série, n.º 69, de 8 de Abril de 2008 — medicamentos opióides prescritos para o tratamento da dor oncológica.

V. *Crianças, Mulheres.*

## 91. Ordens profissionais

V. *Advogados, Enfermeiros, Psicólogos.*

## 92. Organizações não governamentais

DECLARAÇÃO (extracto) n.º 227/2009, Direcção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 117 (2009-06-19).

Registo da constituição e estatutos da instituição particular de solidariedade social — APELA — Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica.

DESPACHO n.º 14 825/2009, Presidência do Conselho de Ministros, DR Série II. 126 (2009-07-02).

Declara de utilidade pública a Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos.

DESPACHO n.º 15 149/2009, Presidência do Conselho de Ministros, DR Série II. 128 (2009-07-06).

Declara de utilidade pública a APCA — Associação Portuguesa de Cirurgia Ambulatória.

PORTARIA n.º 771/2009, DR Série I. 138 (2009-07-20).

Altera o Regulamento do Registo Nacional das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas, aprovado pela Portaria n.º 478/99, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 71/2003, de 20 de Janeiro.

V. *Deficientes, Hospitais, Sida.*

## 93. Paramiloidose

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 59/2009, DR Série I. 146 (2009-07-30).

Recomenda ao Governo a criação do Dia Nacional de Luta contra a Paramiloidose, no dia 16 de Junho, data do falecimento do Prof. Doutor Mário Corino da Costa Andrade, que em 1952 foi o seu primeiro descritor.

## 94. Parentalidade

DECRETO-LEI n.º 89/2009, DR Série I. 70 (2009-04-09).

Regulamenta a protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de protecção social convergente. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 40/2009, de 5 de Junho.

DECRETO-LEI n.º 91/2009, DR Série I. 70 (2009-04-09).

Estabelece o regime jurídico de protecção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade e revoga o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 105/2008, de 25 de Junho.

PORTARIA n.º 458/2009, DR Série I. 84 (2009-04-30).

Aprova os modelos de requerimentos e declaração previstos no n.º 2 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril, que regula a protecção na parentalidade do sistema previdencial e do subsistema de solidariedade.

V. *Advogados.*

## 95. Parcerias público-privadas

DESPACHO n.º 9621/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 68 (2009-04-07).

Nomeação do coordenador da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital Central do Algarve.

DESPACHO n.º 9622/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 68 (2009-04-07).

Nomeação da coordenadora da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital de Todos os Santos.

DESPACHO n.º 11 211/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 87 (2009-05-06).  
Procede à alteração da composição da comissão de abertura das propostas no âmbito do concurso n.º 3/2008 relativo ao contrato de gestão do edifício do Hospital de Todos-os-Santos.

DESPACHO n.º 13 669/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 113 (2009-06-15).  
Alteração da composição da comissão de avaliação das propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao novo hospital de Vila Franca de Xira.

DESPACHO n.º 13 670/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 113 (2009-06-15).  
Alteração da composição da comissão de avaliação das propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital de Loures.

DESPACHO n.º 13 671/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 113 (2009-06-15).  
Alteração da composição da comissão de avaliação de propostas do concurso de

parceria público-privada relativo ao Hospital Central do Algarve.

DESPACHO n.º 13 672/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 113 (2009-06-15). Alteração da composição da comissão de avaliação das propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital de Todos os Santos.

DESPACHO n.º 13 695/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 113 (2009-06-15). Designação de um grupo de trabalho com a missão de elaborar a proposta de definição do programa funcional do futuro estabelecimento hospitalar do Seixal.

DESPACHO n.º 14 538/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 123 (2009-06-29). Nomeação da comissão de acompanhamento que supervisiona a preparação do projecto de parceria público-privada para a construção do Hospital de Vila Nova de Gaia-Espinho.

DESPACHO (extracto) n.º 15 611/2009, Secretaria-Geral Ministério da Saúde, DR Série II. 131 (2009-07-09).

Delega competências no júri do concurso relativo a Prestação de Serviços de Consultoria na Vertente dos Sistemas de Informação para a Estrutura de Missão Parcerias.Saúde — Anúncio de procedimento n.º 2961/2009, publicado no Diário da República, II Série, n.º 124, de 30 de Junho de 2009.

#### 96. Passaporte electrónico

PORTARIA n.º 568/2009, DR Série I. 103 (2009-05-28).

Estabelece as regras de cumprimento das especificações do Passaporte Electrónico Português de acordo com as disposições comunitárias aplicáveis.

#### 97. Policia sanitária

V. *Animais*.

#### 98. Poluição

PORTARIA n.º 437-A/2009. DR Série I, Suplemento. 80 (2009-04-24).

Estabelece as regras relativas à atribuição de licenças de emissão a novas instalações

e revoga a Portaria n.º 387/2006, de 21 de Abril.

PORTARIA n.º 675/2009, DR Série I. 119 (2009-06-23).

Fixa os valores limite de emissão de aplicação geral (VLE gerais) aplicáveis às instalações abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril.

PORTARIA n.º 676/2009, DR Série I. 119 (2009-06-23).

Substitui a tabela n.º 3 do anexo à Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos.

PORTARIA n.º 677/2009, DR Série I. 119 (2009-06-23).

Fixa os valores limite de emissão (VLE) aplicáveis às instalações de combustão abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril.

DECRETO n.º 17/2009, DR Série I. 149 (2009-08-04).

Aprova o Protocolo Adicional Relativo ao Acordo de Cooperação para a Protecção das Costas e Águas do Atlântico Nordeste contra a Poluição, adoptado em Lisboa em 20 de Maio de 2008.

DECRETO-LEI n.º 196/2009, DR Série I. 163 (2009-08-24).

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 346/2007, de 17 de Outubro, que aprova o Regulamento Relativo às Medidas a Tomar contra a Emissão de Gases e Partículas Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição por Compressão e contra a Emissão de Gases Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição Comandada Alimentados a Gás Natural ou a Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Veículos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/74/CE, da Comissão, de 18 de Julho.

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 90/2009, DR Série I. 179 (2009-09-15).

Ratifica o Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes, adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 87/2009, DR Série I. 179 (2009-09-15).

Aprova o Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes,

adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003, por ocasião da 5.ª Conferência Ministerial Ambiente para a Europa.

V. *Água, Resíduos*.

#### 99. Portal da saúde

DESPACHO n.º 13 504/2009, Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, DR Série II. 111 (2009-06-09).

Determina a criação na Secretaria-Geral do Ministério da Saúde da Equipa de Gestão do Portal da Saúde.

#### 100. Preços

V. *Medicamentos, Sigic, Segurança social, Serviço Nacional de Saúde*.

#### 101. Procriação Medicamente Assistida

DESPACHO (extracto) n.º 10 789/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 81 (2009-04-27).

Determina a adopção de medidas imediatas que minimizem as dificuldades no acesso de tratamentos de PMA — Procriação Medicamente Assistida (FERTIS).

DESPACHO n.º 10 910/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 83 (2009-04-29).

Comparticipação de medicamentos para o tratamento da infertilidade, em especial os da procriação medicamente assistida.

DESPACHO n.º 15 443/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 130 (2009-07-08).

Alteração ao anexo do Despacho n.º 10 910/2009, de 22 de Abril, publicado no DR, II Série, n.º 83, de 29 de Abril de 2009 — medicamentos para o tratamento da infertilidade, em especial os da procriação medicamente assistida.

#### 102. Procurações

PORTARIA n.º 696/2009, DR Série I. 124 (2009-06-30).

Estabelece os termos e condições da disponibilização de acessos electrónicos com valor de certidão às procurações registadas através da Internet.



<p><b>103. Produtos biocidas</b></p> <p>DECRETO-LEI n.º 167/2009, DR Série I. 147 (2009-07-31). Proíbe a colocação e a disponibilização no mercado de produtos que contenham o biocida fumarato de dimetilo (DMF), dando cumprimento à Decisão n.º 2009/251/CE, de 17 de Março, da Comissão Europeia.</p> <p><b>104. Produtos fitofarmacêuticos</b></p> <p>DECRETO-LEI n.º 87/2009, DR Série I. 66 (2009-04-03). Procede à 25.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas nos 2007/76/CE, da Comissão, de 20 de Dezembro, 2008/40/CE, da Comissão, de 28 de Março, 2008/41/CE, da Comissão, de 31 de Março, 2008/66/CE, da Comissão, de 30 de Junho, 2008/69/CE, da Comissão, de 1 de Julho, 2008/70/CE, da Comissão, de 11 de Julho, e 2008/91/CE, da Comissão, de 29 de Setembro, que alteram a Directiva n.º 91/414/CEE, do Conselho, de 15 de Julho, com o objectivo de incluir certas substâncias activas.</p> <p><b>105. Programas nacionais</b></p> <p>V. <i>Doenças raras, Saúde oral, Inclusão Social</i>.</p> <p><b>106. Propriedade intelectual</b></p> <p>DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 68/2009, DR Série I. 146 (2009-07-30). Ratifica o Tratado da Organização Mundial de Propriedade Intelectual sobre Direito de Autor, adoptado em Genebra em 20 de Dezembro de 1996.</p> <p>RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 53/2009, DR Série I. 146 (2009-07-30). Aprova o Tratado da Organização Mundial de Propriedade Intelectual sobre Direito de Autor, adoptado em Genebra em 20 de Dezembro de 1996.</p> <p>DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 77/2009, DR Série I. 166 (2009-08-27).</p>	<p>Ratifica o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre Prestações e Fonogramas, adoptado em Genebra em 20 de Dezembro de 1996.</p> <p>RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 81/2009, DR Série I. 166 (2009-08-27). Aprova o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre Prestações e Fonogramas de 1996, adoptado em Genebra em 20 de Dezembro de 1996.</p> <p><b>107. Protecção civil</b></p> <p>PORTARIA n.º 773/2009, DR Série I. 139 (2009-07-21). Define o procedimento de registo, na Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), das entidades que exerçam a actividade de comercialização, instalação e ou manutenção de produtos e equipamentos de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE).</p> <p><b>108. Protecção de dados</b></p> <p>PORTARIA n.º 469/2009, DR Série I. 87 (2009-05-06). Estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação electrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas colectivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 113/2009, DR Série I. 95 (2009-05-18). No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 60/2008, de 16 de Setembro, estabelece um regime aplicável às infracções às normas que constituem a disciplina aplicável à identificação ou detecção electrónica de veículos através do dispositivo electrónico de matrícula, alterando a Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, e o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio.</p> <p>LEI n.º 34/2009, DR Série I. 134 (2009-07-14). Estabelece o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial e procede à segunda alteração à Lei n.º 32/2004, de 22 de Julho, que esta-</p>	<p>belece o estatuto do administrador da insolvência.</p> <p>LEI n.º 73/2009, DR Série I. 155 (2009-08-12). Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal.</p> <p>LEI n.º 74/2009, DR Série I. 155 (2009-08-12). Aprova o regime aplicável ao intercâmbio de dados e informações de natureza criminal entre as autoridades dos Estados membros da União Europeia, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2006/960/JAI, do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006.</p> <p>RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 71/2009, DR Série I. 157 (2009-08-14). Proposta de Decisão Quadro COM (2007) 654 final SEC (2007) 1422 e 1453, relativa à utilização dos dados do registo de identificação de passageiros (<i>passenger name record</i> — PNR) para efeitos de aplicação da lei para fins de combate ao terrorismo e à criminalidade organizada.</p> <p>V. <i>Códigos e Segurança rodoviária</i>.</p> <p><b>109. Protecção dos trabalhadores</b></p> <p>DESPACHO n.º 13 246/2009, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, DR Série II. 109 (2009-06-05). Delegação de competências do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social no inspector-geral do Trabalho.</p> <p>LEI n.º 76/2009, DR Série I. 156 (2009-08-13). Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro.</p> <p>LEI n.º 105/2009, DR Série I. 178 (2009-09-14). Regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e procede à primeira alteração da LEI n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro.</p> <p>LEI n.º 107/2009, DR Série I. 178 (2009-09-14). Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social.</p>
---	--	--



DECRETO-LEI n.º 259/2009, DR Série I. 187 (2009-09-25)

Regula o regime jurídico da arbitragem obrigatória e a arbitragem necessária, bem como a arbitragem sobre serviços mínimos durante a greve e os meios necessários para os assegurar, de acordo com o artigo 513.º e a alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

*V. Acidentes de trabalho, Atestados médicos, Incapacidade temporária, Protecção social, Radiações ionizantes, Regiões autónomas, Segurança e saúde no trabalho, Segurança social, Trabalho no domicílio, Trabalho temporário.*

#### 110. Provedor de justiça

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 46/2009, DR Série I. 133 (2009-07-13).

Designação do Provedor de Justiça.

#### 111. Psicólogos

DESPACHO n.º 10 142/2009. Ministra da Saúde, DR Série II. 74 (2009-04-16). Nomeação da comissão instaladora da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

#### 112. Qualidade em saúde

DESPACHO n.º 13 793/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 114 (2009-06-16). Determina a criação do Conselho para a Qualidade na Saúde.

DESPACHO n.º 14 223/2009 Ministra da Saúde, DR Série II. 120 (2009-06-24). Proceda à aprovação da Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde.

DESPACHO n.º 18 225/2009 Direcção-Geral da Saúde, DR Série II. 151 (2009-08-06).

Designação da coordenadora do Projecto OCDE Health Care Quality Indicators Project 2009.

#### 113. Radiações ionizantes

PORTARIA n.º 596/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 109 (2009-06-05).

Fixa os montantes das taxas destinadas a pagar as despesas dos serviços prestados pela Direcção-Geral da Saúde nos termos da legislação relativa à protecção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.

PORTARIA n.º 1106/2009, DR Série I. 186 (2009-09-24).

Aprova o Regulamento do Controlo Metroológico dos Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes.

#### 114. Receitas médicas

*V. Gripe.*

#### 115. Regiões autónomas

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 13/2009/M, DR Série I. 103 (2009-05-28).

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho, que aprova o novo regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 12/2009/A, DR Série I. 44 (2009-07-28).

Transpõe para o ordenamento jurídico da Região Autónoma dos Açores as Directivas n.ºs 87/217/CEE, do Conselho, de 19 de Março, relativa à prevenção e à redução da poluição do ambiente provocada pelo amianto, 1999/77/CE, da Comissão, de 26 de Julho, que adapta, pela sexta vez, o anexo I da Directiva n.º 76/769/CE, do Conselho, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros, respeitantes à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas (amianto), e 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Março, que altera a Directiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de Setembro, relativa à protecção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 25/2009/M, DR Série I. 157 (2009-08-14).

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de

Agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA n.º 11/2009/M, DR Série I. 155, (2009-08-12).

Resolve recomendar ao Governo da República medidas que garantam a comparticipação nos cuidados de saúde para todos os funcionários beneficiários da ADSE.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 15/2009/M, DR Série I. 118 (2009-06-22).

Estabelece o regime de apoio financeiro às prestações de crédito à habitação para trabalhadores desempregados.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 21/2009/M, DR Série I. 149 (2009-08-04).

Adapta à Região Autónoma da Madeira o novo Código do Trabalho.

*V. Serviço regional de saúde.*

#### 116. Resíduos

DECRETO-LEI n.º 90/2009, DR Série I. 70 (2009-08-10).

Estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

DESPACHO n.º 10287/2009, Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, DR Série II. 76 (2009-04-20).

Estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens.

DECRETO n.º 12/2009, DR Série I. 77 (2009-04-21).

Aprova, para adesão, a Convenção Conjunta sobre a Segurança da Gestão do Combustível Usado e a Segurança da Gestão dos Resíduos Radioactivos, adoptada pela Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atómica, em Viena, em 5 de Setembro de 1997.

PORTARIA n.º 851/2009, DR Série I. 152 (2009-08-07).

<p>Aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 266/2009, DR Série I. 153 (2009-08-10).</p> <p>Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na concepção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002, e revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 198/2009, DR Série I. 165 (2009-08-26).</p> <p>Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/117/EURATOM, do Conselho, de 20 de Novembro, relativa à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos radioactivos e de combustível irradiado, e revoga o Decreto-Lei n.º 138/96, de 14 de Agosto.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 210/2009, DR Série I. 171 (2009-09-03).</p> <p>Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 235/2009, DR Série I. 179 (2009-09-15).</p> <p>Cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e constitui a sociedade RESINORTE — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema.</p> <p>DESPACHO n.º 21295/2009, Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, DR Série II. 184 (2009-09-22).</p> <p>Aprova a Estratégia para os Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR), para o horizonte temporal de 2009-2020.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 266/2009, DR Série I. 189 (2009-09-29).</p> <p>Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/103/CE,</p>	<p>do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos no que respeita à colocação de pilhas e acumuladores no mercado, que altera a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2006.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 267/2009, DR Série I. 189 (2009-09-29).</p> <p>Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados.</p> <p><b>117. Registos clínicos</b></p> <p>DESPACHO n.º 10864/2009, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 82 (2009-04-28).</p> <p>Determina a constituição de um grupo de trabalho para o registo clínico electrónico (RCE).</p> <p><b>118. Responsabilidade civil</b></p> <p>NORMA REGULAMENTAR DO INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL n.º 4/2009-R, DR Série II. 69 (2009-04-08).</p> <p>Aprova a Parte Uniforme Geral das Condições Gerais das Apólices de Seguros Obrigatórios de Responsabilidade Civil.</p> <p>NORMA REGULAMENTAR DO INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL n.º 6/2009-R, DR Série II. 88 (2009-05-07).</p> <p>Norma regulamentar n.º 6/2009-R: adapta as condições mínimas de seguros obrigatórios de responsabilidade civil ao regime jurídico do contrato de seguro.</p> <p>NORMA REGULAMENTAR DO INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL n.º 7/2009-R, DR Série II. 105 (2009-06-01).</p> <p>Altera a Norma Regulamentar n.º 16/2007-R, de 20 de Dezembro, que regula o regime de regularização de sinistros no âmbito do seguro automóvel.</p> <p>V. <i>Dano corporal</i>.</p> <p><b>119. Saúde oral</b></p> <p>DESPACHO n.º 9550/2009, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 67 (2009-04-06).</p>	<p>Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO) — atribuição de cheques-dentista.</p> <p><b>120. Saúde pública</b></p> <p>DECRETO-LEI n.º 81/2009, DR Série I. 65 (2009-04-02).</p> <p>Reestrutura a organização dos serviços operativos de saúde pública a nível regional e local, articulando com a organização das administrações regionais de saúde e dos agrupamentos de centros de saúde.</p> <p>DESPACHO (extracto) n.º 18861/2009, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., DR Série II. 157 (2009-08-14).</p> <p>Nomeia director do Departamento de Estudos e Planeamento e director do Departamento de Saúde Pública.</p> <p>V. <i>Água, Animais, Autoridade de saúde, Doenças transmissíveis, Epidemiologia, Gripe</i>.</p> <p><b>121. Segurança</b></p> <p>DECRETO-LEI n.º 79/2009, DR Série I. 65 (2009-04-02).</p> <p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 17/2009, DR Série I. 87 (2009-05-06).</p> <p>Procede à segunda alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 119/2009, DR Série I. 96 (2009-05-19).</p> <p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, que aprova o Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respectivo Equipamento e Superfícies de Impacte.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 268/2009, DR Série I. 189 (2009-09-29).</p> <p>Estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança</p>
--	--	---

aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, e procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, que regula a instalação e o financiamento de recintos de espectáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais.

*V. Desporto.*

## 122. Segurança escolar

DECRETO-LEI n.º 117/2009, DR Série I. 95 (2009-05-18).

Cria o Gabinete Coordenador de Segurança Escolar como estrutura integrada no âmbito do Ministério da Educação, dotada de autonomia administrativa.

## 123. Segurança rodoviária

DECRETO-LEI n.º 130/2009, DR Série I. 105 (2009-06-01).

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de Dezembro, que organiza o registo individual do condutor.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 54/2009, DR Série I. 122 (2009-06-26).

Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR) 2008-2015.

DECRETO-LEI n.º 174/2009, DR Série I. 148 (2009-08-03).

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2005, de 23 de Fevereiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/103/CE, do Conselho, de 20 de Novembro, e a Directiva n.º 2008/65/CE, da Comissão, de 27 de Junho, que alteram a Directiva n.º 91/439/CEE, do Conselho, de 29 de Julho, relativa à carta de condução.

DESPACHO n.º 18307/2009, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, DR Série II. 152 (2009-08-07).

Aprova o modelo de auto de contra-ordenação.

DESPACHO n.º 18308/2009, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, DR Série II. 152 (2009-08-07).

Aprova os termos da notificação constantes no verso dos autos de contra-ordenação rodoviária.

LEI n.º 87/2009, DR Série I. 167 (2009-08-28).

Autoriza o Governo a fixar as incompatibilidades que condicionam o exercício da actividade de avaliação médica e psicológica, bem como prever os ilícitos de mera ordenação social e respectivas sanções, decorrentes do novo Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir.

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 94-A/2009, DR Série I, Suplemento. 188 (2009-09-28).

Ratifica a Convenção sobre a Sinalização Rodoviária, adoptada em Viena em 8 de Novembro de 1968.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 92-A/2009, DR Série I, Suplemento. 188 (2009-09-28).

Aprova a Convenção sobre a Sinalização Rodoviária, adoptada em Viena em 8 de Novembro de 1968.

DECRETO-LEI n.º 262/2009, DR Série I. 188 (2009-09-28).

Regime Jurídico Aplicável à Base de Dados Designada de Registo Nacional de Condutores.

## 124. Segurança e Saúde no Trabalho

LEI n.º 102/2009, DR Série I. 176 (2009-09-10).

Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.

## 125. Segurança social

DECRETO n.º 10/2009, DR Série I. 66 (2009-04-03).

Aprova a Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República Argentina, assinada em Santiago do Chile em 9 de Novembro de 2007

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 34/2009, DR Série I. 75 (2009-04-17).

Ratifica a Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República da Tunísia, assinada em Tunes em 9 de Novembro de 2006.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 29/2009, DR Série I. 75 (2009-04-17).

Aprova a Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República da Tunísia, assinada em Tunes em 9 de Novembro de 2006.

AVISO n.º 33/2009, DR Série I. 125 (2009-07-01).

Torna público que se encontram cumpridas as formalidades exigidas na República Portuguesa e na República da Tunísia para a entrada em vigor da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República da Tunísia, assinada em Tunes, a 9 de Novembro de 2006.

AVISO n.º 34/2009, DR Série I. 125 (2009-07-01).

Torna público que se encontram cumpridas as formalidades exigidas na República Portuguesa e na Roménia para a entrada em vigor da Convenção entre a República Portuguesa e a Roménia sobre Segurança Social, assinada em Bucareste, a 1 de Agosto de 2006.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 45/2009, DR Série I. 125 (2009-07-01).

Recomenda ao Governo que tenha em conta a evolução do índice de preços ao consumidor (IPC) em anos excepcionais para garantir que o indexante dos apoios sociais (IAS) não evolua de forma negativa.

DECRETO-LEI n.º 155/2009, DR Série I. 131 (2009-07-09).

Regula, no âmbito do regime geral da segurança social, as condições de acesso à pensão antecipada de velhice dos controladores de tráfego aéreo beneficiários da segurança social.

DECRETO-LEI n.º 156/2009, DR Série I. 131 (2009-07-09).

Regula, no âmbito do regime geral de segurança social, as condições especiais de acesso às pensões de invalidez e velhice dos pilotos comandantes e co-pilotos de aeronaves de transporte comercial de passageiros, carga ou correio e revoga os Decretos-Leis n.os 436/85, de 23 de Outubro, e 392/90, de 10 de Dezembro

DESPACHO n.º 17243/2009, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, DR Série II. 143 (2009-07-27).

Alteração ao Despacho n.º 15608/2009, de 9 de Julho, do regulamento específico «Apoio técnico e financeiro às organizações não governamentais».

PORTARIA n.º 765/2009, DR Série I. 136 (2009-07-16).  
Segunda alteração à Portaria n.º 126/2009, de 30 de Janeiro, que cria o Programa Qualificação-Emprego.

PORTARIA n.º 932/2009, DR Série I. 160 (2009-08-19).  
Aprova uma medida temporária de isenção da obrigação contributiva para o sistema previdencial de segurança social sobre as designadas «ajudas de custo TIR».

LEI n.º 110/2009, DR Série I. 180 (2009-09-16).  
Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (Regula os regimes abrangidos pelo sistema previdencial aplicáveis aos trabalhadores por conta de outrem ou em situação legalmente equiparada para efeitos de segurança social e aos trabalhadores independentes, bem como o regime de inscrição facultativa).

*V. Crianças, Deficientes, Idosos, Inclusão social, Invalidez, Militares, Protecção dos trabalhadores.*

#### **126. Serviço Nacional de Saúde**

ACÓRDÃO n.º 221/2009 Tribunal Constitucional, DR Série II. 113 (2009-06-15).  
Não declara a inconstitucionalidade da norma do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 198/95, de 29 de Julho, na redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 52/2000, de 7 de Abril, quando interpretada no sentido de obrigar ao pagamento dos serviços prestados apenas pelo facto de o utente não ter cumprido o ónus de demonstração de titularidade do cartão de utente no prazo de 10 dias subsequentes à interpelação para pagamento dos encargos com os cuidados de saúde.

PORTARIA n.º 839-A/2009, DR Série I, Suplemento. 147 (2009-07-31).  
Altera a Portaria n.º 132/2009, de 30 de Janeiro, que aprova as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde, bem como o respectivo Regulamento.

LEI n.º 33/2009, DR Série I. 134 (2009-07-14).  
Direito de acompanhamento dos utentes dos serviços de urgência do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

DESPACHO n.º 20365/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 175 (2009-09-09).  
Institui o dia 15 de Setembro como o Dia Nacional do Serviço Nacional de Saúde.

DESPACHO n.º 21300/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 184 (2009-09-22).  
Delegação no director-geral da Saúde, dos poderes necessários para outorgar a adenda ao contrato de prestação de serviços relativo ao Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde.

*V. Direitos dos utentes do SNS, Medicamentos, Saúde oral.*

#### **127. Serviço regional de saúde**

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES n.º 12/2009/A, DR Série I. 102 (2009-05-27).  
Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência no sentido de melhorar as condições logísticas e de alojamento, bem como aumento das participações diárias com alojamento e alimentação, disponibilizadas aos utentes do serviço regional de saúde e seus familiares que, por motivo de doença, necessitem de se deslocar para fora da sua ilha de residência.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES n.º 11/2009/A, DR Série I. 101 (2009-05-26).  
Resolve recomendar ao Governo Regional o aumento das participações diárias individuais de utentes do Serviço Regional de Saúde deslocados e seus acompanhantes.

#### **128. SIDA**

DECLARAÇÃO (extracto) n.º 132/2009, Direcção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 80 (2009-04-24).  
Registo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social GADS — Grupo de Apoio e Desafio à Sida.

DESPACHO n.º 19935/2009, Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, da Economia e da Inovação, do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde, da Educação e da Ciência, Tecno-

logia e Ensino Superior, DR Série II. 170 (2009-09-02).  
Cria o Conselho Nacional para a Infecção VIH/Sida.

DECLARAÇÃO n.º 269/2009, Direcção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 148 (2009-08-03).  
Registo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social — POSITIVO — Grupos de Apoio e Auto-Ajuda.

#### **129. SIGIC**

PORTARIA n.º 852/2009, DR Série I. 152 (2009-08-07).  
Aprova o Regulamento das Tabelas de Preços a praticar para a produção adicional realizada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) pelas unidades prestadoras de cuidados de saúde públicas e entidades privadas e sociais convencionadas.

#### **130. Simplex**

PORTARIA n.º 654/2009, DR Série I. 115 (2009-06-17).  
Regulamenta os pedidos online de actos e de processos de registo civil.

*V. Procurações.*

#### **131. Toxicod dependência**

*V. Estupefacientes e substâncias psicotrópicas.*

#### **132. Trabalhadores independentes**

*V. Acidentes de trabalho, Segurança social.*

#### **133. Trabalhadores que exercem funções públicas**

*V. Administração pública.*

#### **134. Trabalho infantil**

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 79/2009, DR Série I. 170 (2009-09-02).



Cria a estrutura de missão designada Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), que sucede ao Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI).

### 135. Trabalho no domicílio

LEI n.º 101/2009, DR Série I. 174 (20 09-09-08).

Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio.

### 136. Trabalho temporário

DECRETO-LEI n.º 260/2009, DR Série I. 187 (2009-09-25).

Regula o regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário.

### 137. Tráfico de Seres Humanos

DESPACHO n.º 15419/2009, Ministro da Administração Interna, DR Série II. 130 (2009-07-08).

Nomeação do chefe de equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

### 138. Transplantes

DECLARAÇÃO (extracto) n.º 232/2009, Direção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 123 (2009-06-29).

Registo da constituição e estatutos da instituição particular de solidariedade social — HEPATURIX — Associação Nacional das Crianças e Jovens Transplantados ou com Doenças Hepáticas.

DESPACHO n.º 14122/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 119 (2009-06-23).

Comparticipação dos medicamentos destinados à profilaxia de rejeição aguda do transplante renal alogénico, do transplante cardíaco alogénico e do transplante hepático alogénico.

DESPACHO n.º 19 697/2009, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 166 (2009-08-27).

Alteração ao anexo do Despacho n.º 6818/2004, de 10 de Março, publicado no Diário da República, II Série, n.º 80, de 3 de

Abril de 2004, alterado pelos Despachos n.ºs 3069/2005, de 24 de Janeiro, 15 827/2006, de 23 de Junho, 19 964/2008, de 15 de Julho, 598/2009, de 19 de Março, e 14 122/2009, de 16 de Junho — comparticipação de medicamentos, transplante.

DESPACHO n.º 20196/2009, Ministra da Saúde, DR Série II. 173 (2009-09-07).

Revoga os Despachos n.ºs 6537/2007 e 11 420/2008 relativos às normas para a seleção do par dador-receptor em homotransplantação com rim de cadáver, publicados no Diário da República, II Série, n.ºs 66, de 3 de Abril de 2007 e 78, de 21 de Abril de 2008

### 139. Tribunais

PORTARIA n.º 345/2009, DR Série I. 66 (2009-04-03).

Primeira alteração à Portaria n.º 950/2001, de 3 de Agosto, que classifica de primeiro acesso os tribunais judiciais de várias comarcas, e revoga a Portaria n.º 412-C/99, de 7 de Junho.

PORTARIA n.º 458-B/2009, DR Série I, Suplemento. 85 (2009-05-04).

Primeira alteração à Portaria n.º 1538/2008, de 30 de Dezembro, que altera e republica a Portaria n.º 114/2008, de 6 de Fevereiro, que regula vários aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais.

DECRETO-LEI n.º 166/2009, DR Série I. 147 (2009-07-31).

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 125.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, procede à 8.ª alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, prevendo a possibilidade de desdobramento dos tribunais tributários em três níveis de especialização e a criação de gabinetes de apoio aos magistrados da jurisdição administrativa e fiscal.

V. *Magistrados judiciais*.

### 140. Turismo

PORTARIA n.º 358/2009, DR Série I. 67 (2009-04-06).

Estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos.

DECRETO-LEI n.º 191/2009, DR Série I. 158 (2009-08-17).

Estabelece as bases das políticas públicas de turismo e define os instrumentos para a respectiva execução.

DECRETO-LEI n.º 228/2009, DR Série I. 178 (2009-09-14).

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

V. *Regiões autónomas*.

### 141. União europeia

LEI n.º 25/2009, DR Série I. 109 (2009-06-05).

Estabelece o regime jurídico da emissão e da execução de decisões de apreensão de bens ou elementos de prova na União Europeia, em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2003/577/JAI, do Conselho, de 22 de Julho.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 51/2009, DR Série I. 138 (2009-07-20).

Relatório de participação de Portugal no processo de construção da União Europeia — 23.º ano — 2008.

V. *Códigos, Protecção de dados*.

### 142. Universidade Nova de Lisboa

DESPACHO n.º 10 182/2009, Reitoria Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 74 (2009-04-16).

Composição do Conselho de Disciplina da Universidade Nova de Lisboa.

DESPACHO n.º 10 587/2009, Reitoria Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 79 (2009-04-23).

Estatutos do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

DESPACHO n.º 10 588/2009, Reitoria Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 79 (2009-04-23).

Estatutos do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa.



<p>DESPACHO n.º 11 683/2009, Reitoria Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 93 (2009-05-14). Alteração à tabela de emolumentos (constante do Despacho n.º 25 856/2008, publicado no Diário da República, II Série, n.º 200, de 15 de Outubro de 2008) relativamente à creditação de unidades curriculares, realizadas ao abrigo do Programa ERASMUS e creditação de conhecimentos e competências académicas, profissionais ou adquiridas.</p> <p>REGULAMENTO n.º 219/2009, Reitoria Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 100 (2009-05-25). Regulamento do Conselho de Disciplina da Universidade Nova de Lisboa.</p> <p>DESPACHO n.º 14 343/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 121 (2009-06-25). Delegação de competências no reitor da Universidade Nova de Lisboa.</p> <p>DESPACHO n.º 14 589/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 123 (2009-06-29). Homologação da eleição do reitor da Universidade Nova de Lisboa.</p> <p>DESPACHO n.º 17 987/2009, Reitoria Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 149 (2009-08-04). Delegação e subdelegação de competências nos directores e presidentes do Conselho Científico das unidades orgânicas da Universidade Nova de Lisboa.</p> <p>DESPACHO n.º 20 722/2009, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 179 (2009-09-15). Nomeação do fiscal único para a Universidade Nova de Lisboa.</p> <p>V. <i>Escola Nacional de Saúde Pública.</i></p>	<p><b>143. Universidades</b></p> <p>DECRETO-LEI n.º 95/2009, DR Série I. 81 (2009-04-27). Aprova a passagem do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa para o regime fundacional previsto na LEI n.º 62/2007, de 10 de Setembro.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 96/2009, DR Série I. 81 (2009-04-27). Aprova a passagem da Universidade do Porto para o regime fundacional previsto na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 97/2009, DR Série I. 81 (2009-04-27). Aprova a passagem da Universidade de Aveiro para o regime fundacional previsto na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.</p> <p>DESPACHO NORMATIVO n.º 18-A/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II, Suplemento. 93 (2009-05-14). Homologação dos Estatutos da Universidade de Aveiro.</p> <p>DESPACHO NORMATIVO n.º 18-B/2009, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II, Suplemento. 93 (2009-05-14). Homologa os Estatutos da Universidade do Porto.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 221/2009, DR Série I. 174 (2009-09-08). Altera o reconhecimento de interesse público do Instituto Superior de Psicologia Aplicada de escola universitária não integrada para instituto universitário e a sua denominação para ISPA — Instituto Universitário de Psicologia Aplicada.</p> <p>V. <i>Carreira docente universitária, Ensino superior, Graus académicos, Investigação.</i></p>	<p><b>144. Vacinas</b></p> <p>V. <i>Gripe.</i></p> <p><b>145. Vítimas de Crimes Violentos</b></p> <p>DESPACHO n.º 17 244/2009, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, DR Série II. 143 (2009-07-27). Alteração ao DESPACHO n.º 18230/2008, de 8 de Junho, do regulamento específico «Sensibilização e divulgação da igualdade de género e prevenção da violência de género».</p> <p>DESPACHO n.º 18 815/2009, Secretário de Estado da Justiça, DR Série II. 157 (2009-08-14). Nomeia os membros para integrarem a Comissão para a Instrução dos Pedidos de Indemnização às Vítimas de Crimes Violentos.</p> <p>LEI n.º 104/2009, DR Série I. 178 (2009-09-14). Aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica.</p> <p>LEI n.º 112/2009, DR Série I. 180 (2009-09-16). Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro.</p> <p><b>146. Voluntariado</b></p> <p>DECRETO-LEI n.º 124/2009, DR Série I. 98 (2009-05-21). Estabelece o regime jurídico aplicável ao trabalho voluntário nas escolas realizado por pessoal docente aposentado.</p>
--	--	--

## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A *Revista Portuguesa de Saúde Pública* aceita trabalhos originais, de investigação aplicada ou de revisão sobre qualquer assunto relacionado com o tema geral da saúde pública, entendida esta no seu sentido mais amplo.

Os **artigos** deverão ser enviados ao Director, acompanhados de uma declaração de autor que garante o seu carácter inédito e de uma declaração de disponibilização para acesso mundial (disponíveis em <http://www.ensp.unl.pt/dispositivos-de-apoio/cdi/cdi/sector-de-publicacoes/normas-editoriais/normas-editoriais>). Ao Director da Revista caberá a responsabilidade de aceitar, rejeitar ou propor modificações. Para este efeito, será apoiado por um Conselho Editorial e por um Conselho Científico, constituído por avaliadores internos e externos, nacionais e internacionais, aplicando-se o sistema de *double-blind peer review* na avaliação dos artigos.

Os artigos deverão ser enviados em suporte informático e acompanhados por uma versão impressa (incluindo tabelas, quadros e figuras), dactilografados a duas entrelinhas em folhas de formato A4. Em cada folha não deverão ser dactilografadas mais de 35 linhas devendo estas ser numeradas por ordem sequencial. O número limite de páginas, incluindo figuras e quadros, não deverá ultrapassar as 30.

Os **trabalhos** deverão conter o seguinte:

- Título do trabalho, nome(s) e pequeno esboço curricular do(s) autor(es), principais funções ou títulos, até ao máximo de dois;
- Pequena introdução ao artigo até ao máximo de uma página dactilografada;
- O texto;
- Quadros e gráficos com títulos e legendas, os quais deverão ser antecedidos de referência em texto;
- Pequeno resumo do artigo acompanhado do respectivo título e tradução em inglês, assim como de palavras-chave em português e em inglês;
- Os originais não deverão conter pés-de-página. Todas as referências bibliográficas completas serão inseridas no final do artigo.

A **bibliografia** deverá obedecer às Normas Portuguesas — NP 405-1\* e NP 405-4\*\* para elaboração de referências bibliográficas de documentos impressos e electrónicos, respectivamente:

\* INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE — NP 405-1 : 1994 : *informação e documentação : referências bibliográficas : documentos impressos*. Lisboa : Instituto Português da Qualidade, 1995.

\*\* INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE — NP 405-4 : 2001 : *informação e documentação : referências bibliográficas : documentos electrónicos*. Lisboa : Instituto Português da Qualidade, 2002.

Nas referências bibliográficas os autores deverão ser colocados por ordem alfabética (apelido seguido dos restantes nomes):

*Quando se trata de um artigo de revista:*

RAISLER, J., ALEXANDER, C., O'CAMPO, P. — Breast-feeding and infant illness : a dose-response relationship? *American Journal of Public Health*. Washington, DC. ISSN 0090-0036. 89 : 1 (January 1999) 25-30.

ARONSSON, G.; GUSTAFSSON, K.; DALLNER, M. — Sick but yet at work : an empirical study of sickness presenteeism. [Em linha] *Journal of Epidemiology and Community Health*. 54 : 7 (2000) 502-509. [Consult. 20 Jan. 2005]. Disponível em <http://www.jech.bmjournals.com/cgi/content/full/54/7/502>

*Quando se trata de um livro:*

*Autor pessoa-física:*

ROBERTSON, L. S. — *Injury epidemiology : research and control strategies*. 2<sup>nd</sup> ed.. New York : Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-512202-X.

DUSSAULT, G.; DUBOIS, C. A. — *Human resources for health policies : a critical component in health policies*. [Em linha] Washington DC : The International Bank for reconstruction and development. The World Bank, 2004. (NP discussion paper). [Consult. 20 Jan. 2005]. Disponível em <http://www.worldbank.org/hnppublications>.

*Colectividade autor:*

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DGS — *Plano Nacional de Saúde 2004-2010. Volume I — Prioridades*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde, 2004.

WONCA INTERNATIONAL CLASSIFICATION COMMITTEE — *ICPC-2 : international classification of primary care*. 2<sup>nd</sup> ed.. New York : Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-262802-X.

ILO — INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION — *SafeWork : Global Program on Safety, Health and the Environment*, 2004. [Em linha] [Consult. 20 Jan. 2005]. Disponível em <http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/mandate.htm>

*Quando se trata de um capítulo de livro:*

ARMENIAN, H. K. — Case-control methods. In ARMENIAN, H. K., SHAPIRO, S. ed.lit. — *Epidemiology and health services*. New York : Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-509359-3. 135-155.

Quando se trata de comunicações apresentadas em jornadas, congressos e similares:

DEBOYSER, P. — Política europeia do medicamento. In JORNADAS INFARMED, 1, Lisboa, 24-25 de Janeiro de 1997 — *Medicamento : as políticas nacionais face à internacionalização*. Lisboa : INFARMED, 1997. p. 21-24.

GJERDING, A. N. — The evolution of the flexible firm: new concepts and a Nordic comparison. [Em linha]. In Conference, Rebild, Denmark, June 9th-12<sup>th</sup> — *National innovation systems, industrial dynamics and innovation policy*. Rebild: Danish Research Unit for Industrial Dynamics, 1999. [Consult. 2006-01-12]. Disponível em [www.druid.org](http://www.druid.org).

Todas as referências bibliográficas deverão ser obrigatoriamente citadas no texto.

Exemplos:

*Até três autores:*

Entre parêntesis escreve(m)-se o(s) seu(s) apelido(s) e o ano de publicação:

(...) embora o seu desempenho na epidemiologia, prevenção e tratamento ainda esteja para ser avaliado (Campino, Pires e Abranches, 1996)

*Mais de três autores:*

Entre parêntesis indica-se somente o apelido do primeiro autor, seguido de *et al.* e o ano de publicação:

(...) sabe-se actualmente (Devalia *et al.*, 1997) que o ozono interfere com a actividade (...)

**Revisão de provas:** Os autores receberão provas de composição do artigo para correcção, a qual deverá incidir exclusivamente sobre erros de dactilografia. A devolução das provas deve ser efectuada no prazo de uma semana após a data de recepção pelo autor.

**Ofertas:** O 1.º autor receberá um exemplar da revista.

**Correspondência:** Enviada por correio normal ou electrónico ao cuidado do Director para:

Revista Portuguesa de Saúde Pública  
Escola Nacional de Saúde Pública — UNL  
Av. Padre Cruz  
1600-560 Lisboa  
e-mail: [publicacoes@ensp.unl.pt](mailto:publicacoes@ensp.unl.pt)